

C O P I A
D A
S E N T E N Ç A
P R O F E R I D A

EM 31 DE AGOSTO DE 1769.

A Cordaõ em Relaçãõ, &c. Que vistos estes Autos, que na fôrma do Decreto do dito Senhor, e com parecer do seu Regedor se fizeraõ summarios aos Réos o Bacharel José Joaquim Damaso Xavier de Oliveira; ao Escrivaõ Feliciano José Couceiro; ao Escrevente Mattheus Ignacio da Cunha e Almeida; e a Jeronymo Nunes da Costa, prezos na Cadêa da Corte, Devassa, Perguntas, Livros, Quadernos, Conhecimentos, Exames, Contas, Careações, e o mais dos Autos. E como por elles, e da Devassa se mostra, que sendo o Réo José Joaquim, Juiz do Crime do Bairro de Andaluz, e Superintendente do Subsidio Militar das Decimas da Freguezia de Santa Isabel, aonde as principiou a lançar em o ultimo Semestre de sessenta e quatro, continuou no de sessenta e finco, sessenta e seis, e sessenta e sete, sendo em todos os lançamentos seu Escrivaõ o Réo Feliciano José Couceiro; Escrevente, ou Ajudante o Réo Mattheus Ignacio; e Director, ou Cabeça o Réo Jeronymo Nunes: Estando este havio muitos annos em casa do dito Superintendente a titula de tio; e o Réo Mattheus Ignacio quasi sempre em casa do dito Escrivaõ: E que associados todos quatro de maõ commua faziaõ maliciosa, e furtivamente os Lançamentos naquella dilatada Freguezia contra a fôrma do Regimento, Instrucções, e estilo praticado; causa por que se queixava aquelle povo, que delles se cobravaõ quantias excessivas aos annos antécedentes.

E que crescendo em todos, pobres, e ricos, as

õssu

A ii

quei-

queixas, porque em todos crescia o tributo, e na Superintendencia Geral os Requerimentos; por esta se mandáraõ apprehender os Livros, e alguns Conhecimentos, para o exame, e para a Devassa. E della se prova, que na dita Freguezia não havia Cofre, nem Chaves, nem Claviculario, e nem Editaes: que os arruamentos se faziaõ acceleradamente, que não davaõ tempo a que os lançadores examinassem as Propriedades, e menos as faculdades dos Moradores, e Inquilinos, para fazerem juizo, e regularmente arbitrarem o que cada hum devia pagar; e o peor era irem divididos cada lançador por seu lado da rua, que não podiaõ conferir o que cada hum entendia: persuadindo o Superintendente, Escrivaõ, e Escrevente aos lançadores não ser necessario dilatarem-se, nem fazerem apontamentos, ou quadernos de lembrança; que em casa se faria tudo pelos lançamentos passados.

Que, feito assim estes irregulares lançamentos, ainda eraõ mais irregulares as conferencias, que tinhaõ em casa do Réo Superintendente. Porque dizendo os Adjuntos o que tinhaõ conferido, e lançado, como eraõ obrigados; estas declarações, ou lançamentos, que se deviaõ lançar em livros, se escreviaõ em folhas de papel avullas; escrevendo neillas humas vezes o Superintendente, as mais o dito Escrevente, e as menos o Escrivaõ; quando este só as devia escrever. Que estas folhas de papel avullas, e escriptas nas conferencias se lançavaõ depois em Livro, porém a arbitrio dos tres Réos, que para este fim usavaõ daquelle meio. E tambem o não haver Cofre, Editaes, e Claviculario, para este não haver as addições, e o que pagavaõ os Collectados; usando daquelles rapidos arruamentos, sobre saltando as ruas, ou não as seguindo pela sua ordem, para os Adjuntos se confundirem, e não saberem o que lançavaõ. Sobre saltando tambem as Propriedades, e consecutivamente os Moradores, e Inquilinos, os Officiaes mecanicos de cada Mestre, e os criados de cada Amo.

Que além das Propriedades sobre saltadas, que se
 não

(5)

naõ lançavaõ , declarando os Adjuntos nas Conferencias aquellas , que tinhaõ lançado nos seus quadernos , muitas destas sonegavaõ , e naõ lançando em Livros , cobrando das mesmas , que sonegavaõ , e da mesma sorte os Maneios dos Moradores , e Inquilinos. Que outras Propriedades , que lançavaõ em Livros , as lançavaõ em menos do que rendiaõ , para furtarem os excéssos de todo o rendimento , que cobravaõ. Que havendo seis criados v. g. em huma casa , ou seis Officiaes em huma loja , lançavaõ todos no Livro Mestre , e no da Receita só tres , mas que cobravaõ dos seis ; de sorte que pela maior parte cobravaõ pelo Livro Mestre , e davaõ conta pelo da Receita. Que os ditos Officios eraõ lançados indistinctamente sem declaração de Mestres a Officiaes , para terem desculpa nos excéssos , dizendo fôra engano.

Que sendo gravissimo o prejuizo da Fazenda Real , ainda (porporcionadamente) era maior dos Collectados : porque se prova , que , sendo alguns legitimamente escusos por despachos da Superintendencia geral , se cobrava delles , e se dava em despesa , pondo-se *Verbas* della. Que da mesma sorte se punhaõ *Verbas* de fallidos em *Verbas* de despesa , e se cobrava das Partes. Que aos escusos de pagarem Semestres de Propriedades devolutas se punhaõ tambem *Verbas* em partida de despesa , mas cobrava-se dos escusos por Conhecimentos , que se passavaõ. Pondo-se outras similhantes *Verbas* de despesa , que naõ haviaõ : e para se naõ poderem averiguar estas , se naõ citavaõ nos Conhecimentos as folhas dos Livros , em que hiaõ as addições , que diziaõ. Que da mesma sorte se passavaõ os Conhecimentos para a cobrança das Propriedades por rateio , contra a fórma da Lei , e maiores despesas dos Collectados.

E distratando os devedores todas , ou partes das suas dividas a Juro , se mandavaõ pôr *Verbas* de extinção , ou abatimento , e estas se retardavaõ ; e pondo-se esta depois com antidata se cobrava por inteiro. E nesta parte o peor era , se passavaõ Conhecimentos , e se

co-

cobrava a Decima de Juros, sem estarem as addições lançadas no Livro delles. Que queixando-se algumas Partes destes excéssos, se lhes fazia abatimento a arbitrio, sem despachos da Superintendencia geral contra a Lei das Instrucções. Outras, que se queixavaõ dos mesmos excéssos na mesma Superintendencia geral, e que se mandavaõ informações, viciavaõ as addições dos Livros da Receita para igualarem aos excéssos dos Conhecimentos. Que se as partes pediaõ Certidão das addições, em que eraõ lançados, se lhes pediaõ os Conhecimentos para estes não serem vistos, e para depois nem Conhecimentos, nem Certidões, e com execuções os obrigavaõ a pagar, e se aggravavaõ, lhes sumiaõ os agravos. Sendo o mais penoso tributo para as Partes as repetidas vezes, que os fazia ir inutilmente ao sitio do Rego, huma legoa de distancia, onde o Superintendente morava. E que intimidáraõ com Cadêa, Açoutes, e Galés, aos Lançadores adjuntos, porque informavaõ a verdade do que tinhaõ lançado contra os excéssos, de que as Partes se queixavaõ.

Conformando-se toda a referida prova da Devassa com os exames a que se procedeu nos quadernos, nos Livros Mestres, nos das Propriedades, Maneios, Juros, e Conhecimentos, e conferindo-se estes com aquelles, se prova com evidencia que tudo foi feito contra o Regimento, Instrucções, e Pratica, tudo com falsidades, e furtos; e tudo entre si diverso, porque nem os quadernos concordavaõ com o Livro Mestre, nem este com os das Receitas, nem estes com os Conhecimentos; porque estes com excessos a todos aquelles, huns contra a Fazenda Real, e outros contra as Partes.

Prova-se que a maior parte dos referidos Conhecimentos dos primeiros Semestres foraõ lavrados pelo Réo Mattheus Ignacio com evidentes falsidades; porque sendo á vista dos Livros, tinhaõ os Livros addições modicas, e excessivas as dos Conhecimentos. Outros lavrados pela testemunha, e que jura na Devassa folhas trinta e huma, que eraõ dictados pelo Réo Escrivaõ Felicia-

(7)

ciano José á vista dos mesmos Livros, mas com as mesmas falsidades; porque dictava nos Conhecimentos quantias maiores das que estavaõ nos Livros, como de facto proprio jura a mesma testemunha. Que dictados, e lavrados assim os falsos Conhecimentos dos primeiros Semestres, eraõ os dos segundos lavrados por diversos emanuenes, mas á vista dos primeiros, que lhe serviaõ de regra, e que tambem lhe dava o Réo Superintendente. Que este, e mais os dois escrevêraõ, e dictáraõ os ditos quadernos, e livros, como do mesmo exame consta.

E delle constou tambem, que o mesmo praticáraõ todos os quatro Réos na Decima dos Juros, cujo Livro se achou ser todo feito pelo Réo Jeronymo Nunes, que além de se provar ser este mais intelligente, que os mais a quem dominava, e mandava principalmente ao Superintendente, como a supposto sobrinho, a quem governava, e a sua casa; se prova tambem que só elle escrevia, fazia as contas, os abatimentos, e descargas dos ditos Juros; mas com as mesmas falsidades, que ficaõ referidas, porque passava de hum para outro Livro, e de hum para outro anno as addições, que estavaõ pagas, e averbadas, a fim de se repetirem aos supostos devedores, que os obrigavaõ a pagar. Que apresentando-lhe as Partes despachos da Superintendencia geral para abatimentos, ou descargas, o Réo Jeronymo Nunes com affectados pretextos os mandava ir repetidas vezes, o que lhes era penoso pela distancia, retardando assim maliciosamente as *Verbas*; que tal houve, que foi o tempo de dois annos, como jura na Devassa folhas quarenta e quatro de facto proprio, fazendo-lhes pagar as interpolações, mas pondo as *Verbas* da data dos despachos. Que este Réo cobrava, e recebia as Decimas dos Juros, que se hiaõ pagar a sua casa (ou do Superintendente, que era a mesma) como elle mesmo disse á dita testemunha, e consta a folhas quarenta e sete verso, e folhas quarenta e oito, diante do mesmo Superintendente, do pai deste, e do Escrivaõ. Que ven-

do

do nos Conhecimentos os excessos á vista do mesmo Livro, descarregava no Livro, e ficava com os excessos. E o peor era, que se passavaõ Conhecimentos de addições, que não estavaõ no Livro, como jura a testemunha de facto proprio folhas nove da Devassa.

Que as Decimas nesta Freguezia se cobravaõ não fó com excesso nas quantias, mas até no tempo, com excesso, e oppressão dos Collectados, que se lhes pedia de todo o anno no principio de cada hum: Que sendo esta Freguezia a maior, que ha no Reino, e dando todas accrescimos no fim de cada anno, esta não fó nunca teve anno, em que désse accrescimos, mas em todos tinha diminuigaõ, furtando-se em todos com favoravel successo.

Mostra-se que, tirada a Devassa, examinados, e conferidos os quadernos, Livros, e Conhecimentos, foraõ perguntados os Réos, e careados huns com os outros, e com os Conhecimentos, Livros, e quadernos. Mostra-se confessar o Réo Mattheus Ignacio, depois de dizer que o Réo Jeronymo Nunes era homem de intelligencias, quem governava ao Superintendente, a casa deste, e o director daquella Superintendencia; que era verdade ir elle Réo com hum quaderno, e hum Langador por hum lado da rua, o Superintendente com o Escrivaõ, e outro Langador pelo outro lado, separados huns dos outros. Que supposto faziaõ os lançamentos apressadamente, era porque o Superintendente assim o mandava; e se enfadava, se ficavaõ mais atraz, e que por esta pressa se sobrefaltavaõ algumas Propriedades. Que era verdade que as Conferencias, que se faziaõ em casa do Superintendente, eraõ escritas por elle Réo, e pelo Juiz, e Escrivaõ em folhas de papel avulsas, posto que nullamente; porém que o Superintendente assim o mandava. Que destas se lavravaõ os Conhecimentos dos primeiros Semestres, causa porque se não citavaõ as folhas dos Livros. E que nestes depois he que se lançavaõ as addições: Que era verdade que elle Réo lavrara varios Conhecimentos dos pri-

primeiros Semestres, e dictára outros ao Escrivão, porém que tudo fôra á vista dos Livros, e quadernos. E que os dos segundos Semestres eraõ lavrados por diversos emanuenes, mas á vista dos primeiros: Que tambem era verdade, que queixando-se algumas Partes na Superintendencia geral, e informando os lançadores serem as queixas verdadeiras, o Superintendente da Freguezia não informava, e fazia, como lhe parecia os abatimentos: Que este dava aos Cobradores Conhecimentos assignados em branco por elle, e pelo Escrivão, para os mesmos Cobradores os encherem, e cobrarem a seu arbitrio. E que eraõ infinitas as queixas dos Collectados, como presenciára em casa do Superintendente, e Escrivão: Que por muitos modos extorquiaõ os outros Réos dinheiro, como eraõ das Propriedades devolutas, que, por se não fazerem revistas, eraõ os Senhorios obrigados a pagar, e que nos segundos Semestres se lhes abateria, o que não fazia. E que tambem víra, que se pediaõ quantias, que não estavaõ lançadas em Receita. E tambem que os Officiaes, e Mestres dos Officios mecanicos eraõ lançados a arbitrio do Superintendente, e Escrivão, com a industria de se não declarar, se eraõ Mestres, ou Officiaes, para terem desculpa no mais, se a Parte se queixasse, ou ao menos, se na Superintendencia geral se reparasse: Que da mesma forte presenciára, que, sendo Collectados alguns em maiores quantias pelos lançadores, o Superintendente os lançára em menos, como o fizera a hum Corregedor do Civel, e a hum Official da Fabrica da Seda, cuja addição era de sincoenta mil réis, que não pagára, tendo pago nos mais annos: Que víra ao Réo Jeronymo Nunes, que viciava o Livro dos Juros raspan-do as addições das contas, e pondo outras: Que este retardava as *Verbas* de abatimentos, e fazia pagar ás partes o tempo, que as retardava, recebendo dellas o dinheiro, que o Réo só confessa o punha em fima da Mesa para o Superintendente o receber. E que tambem víra, que indo o Superintendente, e Escrivão ás casas

nobres, em que havia muitos criados, os lançava todos no Livro Mestre, e só ametade no Livro da Receita; porém que passava os Conhecimentos para se cobrar de todos; e que isto mesmo praticavaõ com os Officiaes das lojas. E que para isto se sobrefaltavaõ as casas, que se não lançavaõ os nomes dos senhores dellas, para se não saber a que rua pertenciaõ: Que sem embargo dos Aggravos, que as Partes interpunhaõ ao Conselho da Fazenda, e que o Escrivaõ lhe sumia, o Superintendente os fazia pagar, como fizeraõ aos dois, que declara: Que de facto proprio presenciára, que pedindo-se ao Collectado, que declara, vinte seis mil réis de Decima, este pedira Certidaõ da addiçaõ; que querendo elle Réo passalla, achára que a addiçaõ do Livro era de menos quantia; causa porque o Escrivaõ lha mandára suspender, e pedira os Conhecimentos á Parte, que lhos não quiz dar, nem o Escrivaõ a Certidaõ, ficando com novecentos e sessenta réis, que para ella lhe pedira. E que finalmente via, que se lançavaõ partidas de despeza, que não havia, e que para isto lhe dava o Superintendente em sua Casa a elle Réo as ditas addições em folhas de papel avulsas para as lançar no Livro, o que elle Réo fazia, como o Superintendente lhe mandava; e outras vezes lhas dictava o mesmo Superintendente pelos rões dos cobradores; porém que de huma, e outra sorte eraõ falsas, porque se tinhaõ cobrado dos Collectados; porque elle Réo via isto, e a si proprio se denunciava, porque tambem lançára em partida de despeza dois mil e tantos réis, que cobrára de hum Mercador.

Mostra-se que sendo o Réo careado com a testemunha Caetano Alberto de Sena, ratificou ser verdade saber das referidas falsidades, e furtos, mas que destes nunca participára. E tambem sendo careado com o Escrivaõ, confessára que elle Réo fizera os primeiros quadernos para o lançamento de sessenta e seis; porém que os fizera por outros de sessenta e quatro, como se os Moradores, e Inquilinos sempre fossem permanentes:

Que

Que era verdade que elle Réo fôra quem recebêra a Petição com despacho da Superintendencia Geral para a Certidão de vinte e seis mil réis de Decima : Que por ver os excessos dos Conhecimentos , elle os pedira á Parte , e que , por lhos não dar lhe não passára a Certidão da addição que pedia , por esta ser diminuta : Que tambem era verdade dictára ao Escrivão alguns Conhecimentos dos primeiros Semestres ; mas que fôra á vista dos Livros. E que tambem escrevêra as partidas de Receitas dos criados , dos Officiaes , e das propriedades , que se sobrefaltavao , porque o Superintendente lhas mandava pôr. E que tambem escrevêra , e dictára ao mesmo Escrivão as partidas de despezas falsas , mas que isto fôra por hum borrao , que o Superintendente lhe dera.

Mostra-se confessar o Réo Escrivão Feliciano José Couceiro , que nos Arruamentos se não observava o Regimento , e Instrucções : Que os lançamentos se faziao em folhas de papel avulsas , porque o Superintendente dizia a elle Réo o fizesse assim. E o mesmo Superintendente era quem lhe dictava as addições que lançava nos Livros : E tambem os Conhecimentos dos primeiros Semestres , que elle Réo enchia ; porque tudo quanto escrevia , era dictado pelo mesmo Superintendente na maior parte : E que este a seu arbitrio he que abatia os excessos , de que as Partes se queixavao : E que dava aos Cobradores Conhecimentos em branco assignados por elle Réo Superintendente , para os mesmos encherem , e cobrarem , de que não ficava rol ; porque se não sabiao as quantias : Que por causa de se não fazerem revistas no meio do anno , pagavao os Collectados Decima das casas devolutas : Que era verdade passára hum Conhecimento de trinta mil réis de Decima de Juro , cuja addição não estava no Livro da Receita : Que alguns Officiaes lançára sem a differença de Mestres : Que se no Livro da Receita se lançavao menos criados , ou Officiaes , elle Réo escrevia o que o Superintendente lhe dictava : Que era verdade ter elle

Réo dado ao Superintendente para dar ao Réo Matheus Ignacio os quadernos do anno de sessenta e quatro, para por elles se fazer o lançamento de sessenta e seis; e sendo certo que neste anno se não podia governar pelos quadernos daquelle, pelas alterações, e mudanças, que precisamente haviaõ ter succedido.

Mostra-se ficar o Réo convencido na careação, que com o Escrivão Caetano Alberto testemunha de facto proprio, que encheu os Conhecimentos do primeiro Semestre de sessenta e seis, com as falsidades, e excessos das addições do Livro, que o Réo falsamente lhe dictára, como do mesmo Livro, e Conhecimento se prova.

Mostra-se confessar o Réo Superintendente José Joaquim, que fazia os lançamentos, e conferencias, como fica dito. E que elle sem Escrivão, nem Claviculario recebia o dinheiro; e quando o recebia, não conferia as addições com os Livros, nem quadernos; mas só com hum mappa particular, que tinha só para seu governo: Que lançára em menos ao Corregedor, porque este lhe dissera não merecia mais: E que não lançára o Fabricante, porque lhe disseraõ estava isento: Que alguns pagariaõ Decima de casas devolutas, por falta de revista, que não fizera: Que alguns criados se lançariaõ de menos no Livro da revista, digo da Receita, dos que estavaõ no Livro Mestre; mas que isto seria esquecimento: Que supposto se não lançavaõ todas as Propriedades, que esta omissão havia elle supprir depois: Que quando os Cobradores lhe pediaõ Conhecimentos separados para diversos Inquilinos de hum só Senhorio, lhos dava por rateio, e assim entendia observava a Ley: Que mandava pôr *Verbas* de despezas pelas fallencias, que os Cobradores diziaõ, mas que não entregavaõ os Conhecimentos dos fallidos: Que lhe dava outros assignados em branco, porque elles lhos pediaõ para lá encherem nas occasiões que tivessem: Que elle Réo he que dictava os Conhecimentos dos primeiros Semestres ao Escrivão, que os enchia; e isto
á

á vista dos quadernos, que tinha feito: Que assim estes, como o mais, que o Escrivão nos Livros escrevêra, fôra dictado por elle Réo: Que tambem dera ao Réo Mattheus Ignacio os quadernos de sessenta e quatro para por elles fazer o lançamento de sessenta e seis: E tambem lhe dera hum rol de addições para lançar no Livro em partidas de despezas, por lhe constar eraõ verdadeiras, ainda que se diga eraõ falsas: Que os excessos dos Conhecimentos seria equivocação: Que executára a hum Cabreiro, sem embargo de ter aggravado, e não lhe respondêra ao Aggravo por esquecimento: Que ultimamente o mappa appenso, que lhe foi achado, cujas addições só concordão com os excessos dos Conhecimentos, reconhece ser seu, e feito do seu punho.

E sendo o Réo careado com a testemunha de vista, e facto proprio o dito Caetano Alberto, confessou o Réo, que só conferia os Conhecimentos com o seu mappa particular, e não com os Livros das Receitas, para as descargas; negando as mais falsidades, e furtos, com que o Escrivão dictava os Conhecimentos; no que se convenceo, porque elle os assignava, e cobrava os excessos. E da mesma sorte foi careado com o Réo Mattheus Ignacio; e absolutamente negou sem convencer ao careante em dezefete proposições, ou factos, que em suas respostas tinha declarado. E na segunda careação com o mesmo Réo confessou, que tinha mandado escrever as partidas de despeza, que lhe constavaõ eraõ verdadeiras, como já tinha confessado, mas sem nunca declarar por onde lhe constava. E sendo careado com o Réo Feliciano José, confessou que tudo o que este escrevêra, elle careado o tinha dictado.

Mostra-se confessar o Réo Jeronymo Nunes da Costa ser verdade estar, e assistir de portas a dentro havia muito annos com o Réo Superintendente, a quem pela criação tratava por tu. Que era verdade que elle fizera, ou escrevêra os Livros dos Manifestos, e Receitas, e dos Juros; e isto tirados dos Livros do anno

an-

antecedente: E que tambem fazia as contas do que vinha á Decima; porque o Escrivão não sabia, e que só elle escrevia nos ditos: Que raspava algumas contas dos Livros, porém que isto só era por ter havido erro: Que tambem era verdade que dictára ao Escrivão as *Verbas* de abatimentos, e de extincções: Que tambem lhe dictára os Conhecimentos para as Decimas dos Juros, que se lavravaõ.

E sendo careado com a dita testemunha Caetano Alberto, absolutamente negou, sem dar razão alguma sobre os factos, que lhe tocavaõ: E sendo careado com o Réo Mattheus Ignacio sobre as oito proposições, ou factos, só confessou que os Livros só se assignavaõ immediatamente que vinhaõ para a Superintendencia Geral (e isto a fim de não verem os Clavicularios o que assignavaõ.) E que raspava algumas addições dos Livros por erradas, como já tinha declarado: E sendo careado com o Réo Feliciano José, confessou que lhe dictava as *Verbas*, e Conhecimentos dos Juros.

Mostra-se, que depois de perguntados, e careados entre si os referidos quatro Réos, o foraõ tambem com os Livros Mestres, com os das Receitas das Propriedades, Maneios, Manifestos, e Receitas dos Juros, e com duzentos oitenta e oito Conhecimentos, que até entaõ só tinhaõ conferidos, e só pertencentes ao anno de sessenta e seis, dictados, extrahidos, e cobrados pelos careados; e que depois de os reconhecerem, examinarem, e conferirem, comprimidos com a força da verdade taõ manifesta, e evidente, disseraõ, e confessáraõ: Que elles não podiaõ negar serem os ditos Conhecimentos passados com os excessos, que delles se mostraõ, e com as circumstancias das instancias que lhes tem sido feitas; e não só os excessos, mas tambem dos rateios, e addições, que não estavaõ nos Livros, e das Propriedades, que foraõ lançadas em menos do que rendiaõ no Livro da Receita, estando em mais no Livro Mestre: E que da mesma sorte o numero dos criados, e Officiaes, e tambem as despezas, que não havia

via das Propriedades, Maneios, e Juros: Que não concordão entre si os quadernos, nem os Conhecimentos; concluindo os careados, que a defeza, ou coarctada, que tinhaõ que dar ás discordancias, falsidades, e excessos, com que dictáraõ, e escrevêraõ tudo, que confessão, porque o tem visto; he: Que nenhum delles o fizera com animo furtivo.

E sendo mostrado ao careado Superintendente o quaderno particular, ou mappa geral, que tem confessado fizera para seu governo, e de seu punho, de todas as addições daquella Freguezia; e que fô estas concordão com as dos referidos Conhecimentos, reconheceo que era o proprio: E da mesma forte sendo mostrada ao careado Jeronymo Nunes a conta appensa feita por elle de todo o lançamento daquella Freguezia, não fô dos Juros, mas de tudo o mais, de que se prova, e convence intervinha em todo o lançamento daquella Freguezia, como tinha negado; convencido confessou que era verdade ter sido feita por elle; porém que lhe tinha sido dictada, mas que não sabia por quem.

Mostra-se das Certidões appensas passadas pelo Escrivaõ os dezeseis modos, de que os Réos ufavaõ para roubarem aos Collectados, e á Fazenda Real: Mostra-se finalmente importarem os furtos feitos pelos Réos á Fazenda Real em quatro contos novecentos mil trezentos sincoenta e seis réis; e ás partes em hum conto duzentos quatorze mil cento setenta e tres réis; e ao todo seis contos cento sincoenta e sinco mil quinhentos e trinta réis.

De cujos irregulares, repetidos, e escandalosos factos, confessados pelos Réos, e innegaveis pela evidencia das provas, resulta de Direito contra elles o capital crime de Peculato, falsidades, e furtos; porque sendo o Réo José Joaquim, Ministro DELREY Nosso Senhor, Superintendente daquella Freguezia, e destinado para cobrar o dinheiro, applicado para defeza do Reino, na fórmula do Regimento das Decimas, e das novas Instrucções; estas, e aquelle com os Dictames,

mes, e regras mais claras, acertadas, e antevistas, dictadas pelo fiel, e experimentado zelo, que com indispensavel obrigação devia o Réo inteiramente cumprir; nada menos fez: antes usando, ou abusando do honorifico titulo de Ministro Regio, em nome, e da parte do dito Senhor fez tantos, e tão graves furtos, com tantas, e tão graves falsidades, successivamente praticadas em todos os Autos Judiciaes, que naquella Superintendencia se fizeram em quadernos, Livros, e Conhecimentos, dictado tudo pelo Réo, como confessa, a fim de roubar ao Povo duas vezes collectado, para a Fazenda Real, e para o Réo, que com estes multiplicados factos, ou furtos, commetteo multiplicados crimes contra Deos, contra a Fazenda Real, contra o Povo, e contra si, que tudo lhe sepultou a sua desenfreada ambição, fazendo-lhe desprezar a lembrança do futuro, ou o temor do castigo, que a tempo, e particularmente lhe foi advertido para se não precipitar de todo na ultima ruina em que cahio; conhecendo o erro, quando lhe faltava o remedio: porque bastando neste caso hum só furto para a ultima pena, foram tantos, e tão continuados, em tres annos e meio, como fica provado, e o Réo tem confessado. Sendo maior o damno do exemplo, que o da oppressão, com que todos se perdiaõ; os Pobres por opprimidos, o Réo por absoluto, que o fez atrevido a occasião, que lhe offereceo sem meio a fim de receber só tanto dinheiro, sendo pobre, vicioso, e vaidoso. E sendo violador da fé pública, e do Juramento solemne, ingrato ao Soberano, e por isso infiel a Deos, e á Patria, contra as obrigações de Ministro, e de Vassallo; e que primeiro incorreo na infamia de Inconfidente, que de ladraõ; porque huma mesma culpa he mais grave em hum, do que em outro, segundo as obrigações que tem.

E a mesma Lei neste caso, que sentencêa ao Juiz procede contra o Escrivão, igualmente deputado, não só para ter huma das tres chaves do Cofre, para só á boca deste se receber todo o dinheiro, como Escrivão
que

(17)

que era da Receita, e Despeza, em que devia proceder com aquella verdade, a que o obrigava o seu Regimento, o das Decimas, e Instrucções, que via se não observavaõ; o fez tanto pelo contrario, que só fez tantas falsidades, quantos quadernos, Livros, e Conhecimentos escreveo; assignando, e dictando como Escrivaõ as mesmas falsidades, que faziaõ fé em Juizo, com enormissimo prejuizo daquelle Povo, e da Fazenda Real, a quem igualmente ajudou a roubar em todos aquelles annos, incorrendo nos mesmos crimes, em que se acha incurso o referido Superintendente: De que o não pôde escusar os mandatos deste, porque ninguem tem liberdade, mas só obediencia á Lei, de quem só eraõ Instrumento, e que só o foraõ para o desprezo della, sendo em materia gravissima, perjuro, e falsario.

Assim como o foi tambem o Réo Jeronymo Nunes, que se prova era o dominante dos mais Réos, e do lançamento daquelle Freguezia, e privativamente dos Juros, que se manifestavaõ, como com reflexaõ ao delicto, e á prova confessa o furto, e as falsidades, que nos Livros, e nos Conhecimentos havia: Causa, porque tambem o não pôde escusar a coarctada, que erradamente deu: Que não era Official de ElRei para ser responsavel aos erros, ou falsidades que houvesse.

Querendo maliciosa, e preventamente escusar o crime, culpando a permissaõ do Superintendente, ou porque lhe pareceo mais facil, ou porque o julgou mais util, sendo outra culpa esta desculpa: Assim como o fica sendo para o Réo Mattheus Ignacio, que ambos igualmente concorrêraõ escrevendo, e dictando tantas falsidades para tantos furtos, como fica dito, e elles tem confessado; causa porque se não podem livrar dos crimes dos referidos furtos, e falsidades, quando se quizessem considerar livres do crime de Peculato: E sobre estes legitimos fundamentos, he tambem innegavelmente certo, que os que daõ conselho, favor, e ajuda para os furtos, e falsidades, como se prova, e confessaõ

estes Réos deraõ, tem a mesma, igual pena *in solidum* cada hum.

Por tanto condemnaõ aos Réos José Joaquim Damazo Xavier, Jeronymo Nunes da Costa, Feliciano José Couceiro, e Mattheus Ignacio, a que com Baraço, e Pregaõ sejaõ levados pelas ruas publicas, e costumadas ao lugar da Forca do Rocio, onde morrerão morte natural para sempre; e que cortadas as cabeças sejaõ postas no mesmo lugar, até o tempo as consumir: e os condemnaõ outro fim em perdimento de todos seus bens para o fisco, e Camara Real, e nas custas dos Autos. Lisboa vinte e nove de Agosto de mil setecentos sessenta e nove. *Arcebispo Regedor.*

Oliveira. Castro. Ferreira. Velbo. Leite de Campos. Gama. Santa Barbara. Leitaõ. Silva. Cunha.

SEGUNDA SENTENÇA

Proferida sobre os Embargos.

A Cordaõ em Relação, &c. Que com assistencia do Procurador da Coroa, vista a especial Commissaõ dada pelo dito Senhor, sem embargo da incompetencia allegada pelo Réo Jeronymo da Costa, o julgaõ degraado, e exauthorado da ordem, de que he Cavalleiro, vista a atrocidade do delicto; e sem attençaõ ao mais deduzido nos seus embargos, mandaõ se cumpra a Sentença embargada: Em quanto á exceiçaõ deduzida pelo Réo Mattheus Ignacio, igualmente a desprezaõ pela falta de requisitos necessarios pela Lei do Reino: E mandaõ se execute a Sentença, e da mesma fórma quanto aos mais Réos, sem embargo dos embargos se cumpra o Acordaõ embargado: Com declaraçaõ porém, que a todos alliviaõ do cortamento das cabeças, e paguem as custas. Lisboa trinta e hum de Agosto de mil setecentos sessenta e nove. *Oliveira.*

Fui presente *Com a Rubrica do Procurador da Coroa. Ferreira. Leite de Campos. Castro. Velbo. Cunha. Gama. Manoel. Silva. Doutor Almeida. Santa Barbara. Leitaõ. Pereira da Silva. Abreu.*

CO-

(19)

C O P I A
D A
S E N T E N Ç A
P R O F E R I D A

EM 31 DE AGOSTO DE 1769.

A Cordaõ em Relaçãõ, &c. Que vistos estes Autos, que na fórma do Decreto do dito Senhor, e com parecer de seu Regedor, se fizeraõ summarios aos Réos Francisco Xavier da Silva, Escrivaõ da Vara do Meirinho do Bairro de Santa Catharina, Luiz Gonçalves Meirinho do Tabaco, e Antonio Baptista, que fôra Meirinho da Decima da Freguezia da Magdalena, prezos na Cadêa da Corte, Devassa, Summario, Livros, Conhecimentos, Exames, Perguntas, Careações, e o mais dos Autos. E como por elles se mostra, que sendo o Réo Francisco Xavier, Escrivaõ do Meirinho do Bairro de Santa Catharina, confessa era Cobrador da Decima, desde a creação della, na mesma Freguezia, daquella parte chamada da Bica de Duarte Bello, que se compõe, a maior parte, de Homens de sacco, de mar, Calafates, Trabalhadores, e Officiaes mecanicos, de quem sempre cobrára o dito subsidio, da mesma fórma. Que fazendo-se os lançamentos em dia de trabalho, não estavaõ neste tempo os Trabalhadores em casa; causa, por que o dito Réo de noite os hia tomar a rol: Que tendo elle Réo em sua casa todos os Livros daquella Superintendencia, elle era quem á vista dos mesmos Livros enchia os Conhecimentos, que tambem tinha em seu poder: Que era verdade que depois de cheios, com os nomes dos Collectados accrescentava outros, que sobrevinhaõ: Que outras vezes riscava os que já estavaõ nos Conhecimentos; porque se tinhaõ ausentado, e sobrepunha outros em seu lugar, para es-

tes, que se achavaõ, pagarem por aquelles, que se não achavaõ: Que por essas causas era tambem verdade lavrara muitos Conhecimentos, e cobrara dos que collectava, que não hiaõ lançados nos Livros: Que tambem era verdade, tinha cobrado por Conhecimentos, que não eraõ assignados pelo Superintendente, nem Escrivaõ; e que só de alguns amigos cobrava, sem lhes dar Conhecimentos.

Confessa, que sendo nomeado Carcereiro do Tronco, no anno de sessenta e sete, por não poder entaõ cobrar a referida Decima, nomeara ao Corréo Luis Gonçalves, que por elle a cobrasse, com o partido de lhe dar ametade das diligencias: Que supposto conservava o dinheiro da Decima em seu poder, no fim do anno dava conta de tudo ao Superintendente: E que todo o referido fizera, porque este assim lho mandava: E sendo o Réo careado com o dito Superintendente, que este confessou ser verdade, dera os Livros, e Conhecimentos ao Réo careado, para os encher á vista dos Livros, com que depois conferia; e isto por lhe dizerem, que assim era estillo naquella Freguezia; e que nas contas, que o Réo dava, nunca lhe dera accrescimos, mas só fallencias lhe dera: E que tudo o mais, que o careado dizia, era falso; que nem havia mostrar, que lhe dêsse licença, nem havia provar, que lho dissesse.

E sendo o Réo careado, com os Livros, e Conhecimentos, confessou que, supposto quasi todos estavaõ viciados, era pela razão que já tinha dito, que o Superintendente o mandava, e que pela mesma razão os Conhecimentos, que havia cobrado sem rubrica do Juiz, nem assignatura do Escrivaõ. E outros, que não estavaõ lançados nos Livros das Receitas, nem os números destes, chegavaõ aos números citados nos Conhecimentos: E que os que tinhaõ os algarismos accrescentados, era porque tambem hiaõ accrescentados os Collectados: Que supposto tambem cobrava daquelles Trabalhadores, que se ausentavaõ, porque lhes hiaõ pe-

pedir bilhetes para o Escrivão lhes dar passaportes, dizendo tinhaõ pago os Semestres, que de tudo o que cobrava, dava conta ao Superintendente: Que supposto tambem alguns dos Conhecimentos, que lhes foraõ mostrados, não tinhaõ sido cheios por elle Réo, mas sim pelo referido Cobrador; este os enchêra por ordem d'elle Réo, que lha tinha dado para cobrar de todos os que achasse, ainda que não levasse Conhecimentos; e isto pela ordem que tinha do Superintendente: E ultimamente, que era verdade que elle Réo tinha posto nos Conhecimentos as rubricas falsas nos lugares, aonde costumaõ assignar os Superintendentes; porém que isto era para signal de que tinha cobrado dos Collectados.

Mostra-se, que sendo perguntado o Réo Luis Gonçalves, confessou que tinha sido nomeado pelo sobredito Francisco Xavier, para cobrar por elle na dita Freguezia, com o partido de lhe dar ametade das diligencias: Que era verdade, que cobrara com Conhecimentos, huns com rubricas, outros sem ellas, e outros com rubricas falsas; porém que todos lhos dera assim o referido Réo; e lhe dera ordem, que os Conhecimentos que estivessem errados, os emendasse; o que elle Réo assim fazia accrescentando as Callectas, e os Collectados: Que se isto era falsidade, e furto, que era muito antigo em o dito Francisco Xavier, que sempre assim o fizera, e assim lho mandava: E este assim o confessou na careação.

De cujos factos confessados pelos Réos, e comprovados pela Devassa, Livros, e Conhecimentos, se mostra ser tudo feito contra o Regimento, e Instrucções, e tudo com falsidades, e furtos; porque supposta a ignorancia, ou inadvertencia do Superintendente (contra quem se havia de proceder a não vir preventamente denunciar, e denunciar-se) em fiar, e confiar os Livros, e os Conhecimentos do Réo, e facultar-lhe o enchellos, sendo o mesmo Réo Cobrador, o que era privativo do Escrivão do Crime, á vista dos Livros, e do Superintendente; porque na fórma do Regimento,

e

e Instrucções se deve extrahir huma Cópia completa, e authentica do lançamento, para se remetter ao The-
soureiro Mór do Erario, e mal póde ser verdadeira, e
completa esta Cópia, extrahida do lançamento incom-
pleto, e falso, em que não estavam todos os Collec-
tados, que o estavam, porque o Réo passava Conheci-
mentos dos que não estavam nos Livros da Receita;
vindo assim a faltar-se á fé pública, enganar-se ao Era-
rio Regio, e a roubar-se a Fazenda Real por mão dos
mesmos de quem se confia: Sendo o Réo Superinten-
dente, o Escrivão, o Lançador, o Cobrador, e o The-
soureiro, que passava Conhecimentos, e cobrava a seu
arbitrio: cobrando de outros sem Conhecimento, e em
outros pondo rubricas falsas, fingindo serem do Super-
intendente, para assim enganar aos Collectados rusticos;
dando outros por fallidos, e roubando a todos com fal-
sidades.

Causa, por que sendo incompativel Carcereiro, e
Cobrador, não quiz largar ser Cobrador, ainda depois
de ser Carcereiro, tomando huma occupação tão labo-
riosa, e para aquelles, que pagão, tão penosa, que a
maior parte se queixaão, e se choraão; e he certo que,
a não ter tanto interesse, não tomaria voluntario tanto
trabalho, que, por não o poder vencer, teve o atrevi-
mento de fazer, e nomear hum Official Cobrador da
sua façção, e a seu arbitrio para fazer o mesmo, que
elle fazia: E só dos poucos Conhecimentos, que foraão
achados, consta, e do mappa junto, sommar o excesso,
ou furtos cento trinta mil duzentos oitenta e cinco réis:
E o mais he, que confessando o Réo que nunca servi-
ra Officio, nem tivera occupação, porque sahindo ain-
da rapaz de casa de seu pai, fôra criado grave de cer-
to Ministro, aonde cazára com huma criada, e que,
passados só dois annos, fôra ser Escrivão da Vara da
dita Freguezia, em que havia oito annos estava servin-
do; e do sequestro consta importar o dinheiro, e mo-
veis, que o Réo tinha, em mais de quinze mil cruza-
dos, fôra moradas de casas, que se não avaliáraão: E
nef-

(23)

nesto caso he vehementissima presumpção de Direito, foraõ furtados na unica occupação de Escrivaõ das Decimas, que confessa só tivera, e que sempre cobrara da mesma fórma.

O que tambem comprova o Corréo Luis Gonçalves, a quem ensinava a cobrar com as mesmas falsidades, como tambem fez, e confessa.

Prova-se, que tendo sido o Réo Antonio Baptista Cobrador da Decima da Freguezia da Magdalena, no anno de sessenta e sete, e não o sendo já no anno de sessenta e oito, confessa, e se prova, que em Maio do mesmo anno furtára dois Conhecimentos, hum sem assignatura, outro com assignaturas do Escrivaõ das Decimas, e do Claviculario daquella Superintendencia, este da quantia de trinta e hum mil setecentos e setenta réis, e o primeiro de trinta e hum mil trezentos e vinte réis; que neste fizera de seu punho a rubrica falsa, ou sobrenome de *Mouzinbo*, que era a do Superintendente daquella Freguezia, com similhança, e imitação de letra; e que no segundo com a mesma falsidade fingira o mesmo sobrenome, e o nome do Claviculario, em que o Réo passára recibo como Recebedor, ou Cobrador, que não era: Em hum citando falsamente as folhas do Livro da Receita, ambos cheios, e ambos cobrados, ainda antes de vencidos, por elle Réo, da quantia de sessenta e tres mil e novecentos réis: E que isto confessa fizera só para ir pagando a elle Superintendente as quantias, em que tinha ficado alcançado nos annos antecedentes, em que tinha sido Cobrador; e que com effeito algumas parcellas miudas lhe tinha dado. De que se prova, e tambem das testemunhas do Summario, commetter o Réo furto da dita quantidade, com tantas falsidades, que confessa falsificar o signal do Julgador, do Escrivaõ, e Claviculario: Fingindo-se Official, que não era, para fazer os ditos furtos.

Por tanto condemnaõ aos Réos Francisco Xavier da Silva, e Antonio Baptista, a que com Baraço, e
Pre-

Pregaõ sejaõ levados pelas ruas publicas ao lugar da Forca do Rocio, onde morrerão morte natural para sempre, e que cortadas as cabeças lhes sejaõ postas no mesmo lugar até o tempo as consumir; e outro fim os condemnaõ em perdimento de todos os seus bens para o Fisco, e Camera Real: E que em quanto ao Réo Luis Gonçalves, por se não provarem os furtos que fez, ou quantia dellés, e o mais que se ponderou o relevaõ da ultima pena, e o condemnaõ em dez annos para Angola, e em cem mil réis para despezas da Relação, e paguem as custas. Lisboa vinte e nove de Agosto de mil setecentos sessenta e nove.

Arcebispo Regedor.

Oliveira. Castro. Ferreira. Velbo. Leite de Campos. Gama.

SEGUNDA SENTENÇA,

Que se proferio sobre os embargos.

A Cordaõ em Relação, &c. Que sem embargo dos embargos, que não recebem por sua materia, e autos, mandaõ se cumpra o Acordaõ embargado: Com declaração, que aos Réos se lhes não separem as cabeças, e paguem as accrescidas. Lisboa trinta e hum de Agosto de mil setecentos sessenta e nove.

Oliveira. Velbo. Leite de Campos. Ferreira. Castro. Gama.



FU ELREY Faço saber aos que este Alvará de Declaração, e Ampliação virem: Que não havendo sido bastantes nem as uteis providencias, que se havião dado pelo Meu Alvará de onze de Agosto de mil e setecentos cincoenta e nove, em que excitei a observancia do Regimento da Fabrica dos Pannos de sete de Janeiro de mil e seiscentos e noventa, nem as do outro Alvará de sete de Novembro de mil e setecentos sessenta e seis, em que se ampliárão algumas precisas Disposições para melhor governo, e augmento das Fabricas dos Lanificios das tres Comarcas da Guarda, Castello-Branco, e Pinhel: E tendo mostrado a experiencia ser necessario ainda occorrer a alguns abusos, que a malicia dos Homens com o curso do tempo tem introduzido, os quaes me forão presentes em Consultas da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, com que me conformei. Declarando, e ampliando os sobreditos Meus Alvarás para mais facil laboração das Fabricas, e commum beneficio dos Póvos das mesmas Comarcas: Hei por bem determinar aos ditos respeitos o seguinte.

Havendo sido informado pelas ditas Consultas, que por se haverem permittido pelo paragrafo Segundo do Alvará de onze de Agosto de mil e setecentos cincoenta e nove aos Creadores fazer as vendas das lans dos seus gados, ou na Praça pública da Villa da Covilhã, ou pelo menos nas Praças das outras Villas dos seus respectivos Districtos: E se haver determinado pelo outro Alvará de sete de Novembro de mil e setecentos sessenta e seis, que os ditos Creadores não fossem obrigados a fazer as referidas vendas das lans no unico lugar da Villa da Covilhã, mas sómente aquelles, que fossem da mesma Villa, e seu Termo, pela grande vexação, que experimentarião os que morão em lugares mais distantes; e que estes pu-

dessem vender as ditas lãs nas Praças das Villas dos seus respectivos Districtos : Com tudo tem mostrado a experiencia por huma parte , que por não se conduzirem as lãs brancas de todas as tres Comarcas para a Villa da Covilhã , tem nascido desordens , desvios , e descaminhos occasionados pelos Compradores , que com Guias do Superintendente vão ás Praças das outras Villas das ditas tres Comarcas comprar as referidas lãs com o pretexto de serem para os fardamentos das Tropas : E pela outra parte , que não resulta tão grande prejuizo aos Creadores de conduzirem as ditas lãs áquella Villa da Covilhã pelas venderem na Praça della por maior preço sem o desconto do carreto , que se lhes faz , vendendo-as nas das Villas de seus proprios Districtos ; quando antes se podem aproveitar do lucro da mesma conducção , fazendo-a nos seus proprios carros , e bestas : Sou servido ordenar , que toda a lã branca , que para os ditos fardamentos for necessaria , sejam obrigados os Creadores a conduzilla á Villa da Covilhã ; sem embargo das referidas Disposições dos ditos Meus Alvarás , (que Hei por revogadas nesta parte sómente , que respeita ás lãs dos fardamentos) para que na Praça da mesma Villa se vendão na fórma abaixo declarada.

E por quanto pelo calculo , que me foi presente em huma das Consultas da Junta , serão precisas para os referidos fardamentos do modo ordinario dezeseis mil arrobas de lã branca em cada hum anno : O Superintendente dos Lanificios observando o paragrafo Terceiro do predito Alvará de onze de Agosto de mil e setecentos cincoenta e nove , depois de receber as Relações nelle mencionadas , expedirá as Ordens necessarias , para que cada hum dos Creadores , comprehendidos nas mesmas Listas , hajão de trazer á Villa da Covilhã a quantidade de lãs , com que fiquem inteiradas as ditas dezeseis mil arrobas , que na Praça da mesma Villa se hão de comprar ,

con-

(3)

conduzindo-as ou nos seus proprios carros , e bestas , ou alugados , para o que os Juizes das Villas de seus respectivos Destrictos (requerendo-o elles) serão obrigados a dar-lhes , e pôr promptos os ditos carros , e bestas necessarias para esta conducção pelo preço desses lugares , em modo que por falta de carros , ou bestas alugadas não fiquem por conduzir.

E por ser tambem informado , que alguns dos Juizes derão Relações viciadas , diminutas , e faltas de verdade : O mesmo Superintendente , depois de recebidas as taes Relações , tirará huma exacta Devassa em cada hum anno das fraudes , conluios , e dólos , com que os ditos Juizes as hajão feito ; e pronunciando , e prendendo aos que achar culpados , remetterá a Devassa ao Juiz Conservador da Junta do Commercio para a sentencear em Relação , procedendo na fórma , que a respeito dos descaminhos , e contrabandos está determinado nos Estatutos da Junta do Commercio pela verdade sabida : E estabeleço , que toda a pessoa , de qualquer qualidade que seja , que for comprehendida nas ditas fraudes , conluio , ou dolo , com que haja feito , ou concorrido para o vicio , e diminuição das referidas Relações , incorra nas penas de privação de nobreza , e do Officio , e cargo que tiver , ficando inhabil para todos , e quaesquer cargos , e Officios de Justiça , ou Fazenda , além de seis mezes de prisão na cadeia do Limoeiro desta Cidade , aonde será remettido á sua propria custa.

Recolhidas que sejam as ditas dezeseis mil arrobas de lã branca , ou a que for necessaria para os fardamentos , se venderão na Praça da Villa da Covilhã , com o pezo á vista , na presença do Superintendente , e Administradores dos fardamentos , lançando o Escrivão em livro o certo pezo do que pertencer a cada Creador , fazendo evitar a fraude , de que estes usão , trazendo-as molhadas , ou com terra , e pedras dentro dos vélos , sem

que porém se lhes faça o menor detrimento, e demora por faltar qualquer dos ditos Assistentes, por se achar ausente, ou impedido; pois que desde logo ficará supprida essa falta pelos que se acharem na terra, e promptos para a referida assistencia; e repartindo-se as porções da mesma lã á proporção da quantidade, que cada hum dos Fabricantes carecer, comprarão os Administradores toda a que entenderem precisa para a sua incumbencia, e administração, de sorte que lhes fique inteiramente preenchida a quantidade arbitrada, de que necessitarem: E toda a mais lã branca, que crescer, e restar, depois de feito o sobredito provimento, fique aos Creadores para della fazerem o uso, que lhes parecer, passando-lhes o Superintendente bilhetes da que entregarão, e da liberdade, que lhes ficar para descarga da Relação remetida pelo Juiz do seu districto.

Para evitar toda a contemplação, e se fazer sem odio, ou afeição a repartição para a referida conducção das lãs brancas para a Villa da Covilhã, e compra, que dellas se haja de fazer na Praça da mesma Villa: Ordeno, que no caso de maior producção de lã, em que não seja necessario vir toda á dita Villa da Covilhã, se conduzirão as lãs brancas pela ordem seguinte: I. As lãs dos Lavradores, e Creadores, que tiverem de cem até cincoenta arrobas: II. Dos que tiverem de cincoenta até trinta: III. Dos que tiverem de trinta até vinte: IV. Dos que tiverem de vinte até dez: E V. Dos que tiverem de dez até cinco exclusivamente; de sorte que sempre venhão a ficar os sobejos a beneficio da liberdade dos Lavradores, e Creadores de menos possibilidades.

No caso porém de ser menor a producção da lã branca, de maneira que seja necessario transportar tambem para a dita Villa da Covilhã as lãs daquelles pequenos Creadores, que não chegam a ter mais de cinco arrobas, e aos quaes faz grave descommodo, e prejuizo virem da

dis-

(5)

distancia de dezoito , e vinte leguas perder dias de trabalho , e receber o pagamento da lã de dez , ou vinte ovelhas , pouco mais ou menos , deverá o Superintendente expedir ordens aos Juizes das Terras , para que pagando á vista estas pequenas porções da dita lã os Commissarios nomeados pelos Administradores dos fardamentos , fação conduzir toda a lã dos ditos pequenos Creadores , descontando-se no preço a despesa do transporte na fórma do paragrafo Quarto do Alvará de onze de Agosto de mil e setecentos cincoenta e nove , ficando o Juiz responsavel a que os ditos Commissarios recebam a referida lã sem ser molhada , ou falsificada com terra , ou outras semelhantes misturas.

E porque póde acontecer ser tal a esterilidade , que em as tres Comarcas da Guarda , de Castello-Branco , e de Pinhel se não produzão as dezeséis mil arrobas de lã branca necessarias para o sobredito provimento : Em tal caso , Sou servido ordenar , que sendo avisados , e requeridos pelo Superintendente dos Lanificios os Juizes dos Conselhos , e Villas das Comarcas mais vizinhas , e ainda que sejam de Terras de Donatarios , (aos quaes para isso tenho mandado avisar) sejam os Creadores de lãs por elles obrigados a concorrer com aquella porção de arrobas precisas tão sómente para o supprimento da dita falta , observando-se a respeito destes Creadores em tal caso as mesmas disposições , que a respeito dos Creadores das ditas tres Comarcas se contém assim nos ditos Meus Alvarás de onze de Agosto de mil e setecentos cincoenta e nove , e de sete de Novembro de mil e setecentos sessenta e seis , como as mais neste declaradas , e ordenadas.

Attendendo tambem a que os Creadores das lãs , pelos referidos Alvarás , não erão obrigados á venda dellas , senão nos lugares de seus respectivos districtos , onde por estarem encabeçados não haverião de pagar ciza , e agora por este Meu Alvará ficão obrigados a conduzir á di-

ta Villa da Covilhã as porções de lã branca, que forem necessarias para os fardamentos, e a vendellas na Praça da mesma Villa: Hei por bem, para mais favorecer aos ditos Creadores, que da compra, e venda das ditas porções de lã branca respectivas ás dezeseis mil arrobas necessarias para os ditos fardamentos, se não pague ciza da parte dos ditos Vendedores, antes sejam inteiramente livres de ciza, não obstante a Disposição do paragrafo Segundo do dito Alvará de onze de Agosto de mil e setecentos cincoenta e nove, e do outro Alvará de sete de Novembro de mil e setecentos sessenta e seis, e todas quaesquer outras Disposições contrarias; e outro sim que da mesma fórma sejam tambem izentas dos direitos da Portagem, e de outros quaesquer impostos presentes, ou futuros.

Item: Attendendo a que ficando as lãs brancas, que excederem as ditas dezeseis mil arrobas, livres aos Creadores para as venderem, como bem lhes parecer; com muito maior razão o devem ser todas as lãs pretas, não só por não serem ordinariamente precisas para os pannos dos fardamentos das Minhas Tropas; como tambem pela necessidade, que das mesmas tem os Creadores para o preciso, e mais commum uso de seus vestidos, e de suas familias: Hei outro sim por bem, em beneficio commum dos ditos Creadores, permittir, que aquelles, que tiverem, pelo menos, metade dos seus rebanhos de ovelhas brancas, e deste numero para cima, possam livremente usar das ditas lãs pretas, ou sejam para as proprias manufacturas, ou ainda para as venderem a quem quizerem, sem sujeição alguma de Guias do Superintendente: Com declaração porém, que nas vendas assim das referidas lãs brancas, de que livremente podem dispôr, como destas lãs pretas, não excedão o preço, que está determinado pelo dito Alvará de onze de Agosto de mil e setecentos cincoenta e nove: E que aos que tiverem menos numero de

ove-

(7)

ovelhas brancas, se lhes poderá tomar a lã preta, quando seja necessaria para as Fabricas, primeiro que a qualquer dos outros Creadores.

Porque muitas vezes os Fabricantes na referida repartição de lã branca, que os Creadores são obrigados por este Meu Alvará a levarem á Villa da Covilhã, não poderão por falta de meios competentes comprar toda aquella quantidade de que carecerem: Os Administradores lhes darão a credito as respectivas porções, que possam fabricar com o encargo, e obrigação de entregarem o seu producto em pannos fabricados a razão de huma pessa de quarenta covados por quatro arrobas de lã, segundo o cálculo por experiencia feito.

E por quanto Fui tambem informado, que alguns Fabricantes de pannos escolhendo a lã, separão a mais fina, para fazerem pannos de mil oitocentos fios, que vendem por sua propria conta; e fabricão com a lã inferior, e de refugo os que devem entregar na Fabrica para os fardamentos, e por isso muito inferiores em qualidade a respeito do preço estabelecido pelo Regimento de sete de Janeiro de mil e seiscentos e noventa, e pelo Paragrafo nono do dito Alvará de onze de Agosto de mil e setecentos cincoenta e nove: Sou servido, para acautelar semelhante fraude, ordenar, que nenhum dos ditos Fabricantes possa tirar alguma pessa de panno dos seus respectivos teares, sem primeiro a manifestar nelles ao Administrador da Fabrica, ou ás Pessoas por elle, e pelo Superintendente nomeadas, para que querendo-a para os ditos Fardamentos, a possam mandar para os Armazens com preferencia a todo qualquer outro Comprador, sobpena de perdimento da dita pessa de panno, que for tirada do tear sem preceder o dito manifesto, ou do valor della; e no caso de a ter vendido por maior preço, do que o determinado no Regimento, incorrer além da dita pena tambem o tresdobro da mesma pessa de panno.

At-

Attendendo tambem á necessidade que ha de que as dívidas, que se deverem á Minha Real Fazenda por aquella Repartição, e Administração tenham huma prompta cobrança: Sou servido, que todas as ditas dívidas se cobrem executivamente, assim como as mais da Minha Real Fazenda, sendo Juiz privativo para as suas execuções o Superintendente dos Lanificios.

Outro sim Sou servido declarar, que tanto os Administradores, como as mais Pessoas, que se occuparem no serviço da dita Real Fabrica dos Lanificios, e Administração do fardamento das Tropas, sejam izentos de toda, e qualquer Jurisdicção Civil, e Criminal, ficando immediatos ao dito Superintendente com Appellação, e Aggravo para o Juiz Conservador da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios; e os Artifices, Obreiros, Aprendizes, e Pessoas, que se acharem no serviço da mesma Fabrica, não poderão ser obrigados a servir contra sua vontade, nem por Mar, nem por Terra: Mandando-se annualmente huma Relação de todos os sobreditos á Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, com os Nomes, Cognomes, estados, idades dos sobreditos, e com especificação dos actuaes empregos, exercicio, que tiverem na referida Fabrica, para ma fazer presente, e Eu ordenar, que se observe o que sobre ella me parecer justo em Consulta da referida Junta, cuja Resolução se expedirá por Certidão do Secretario, a qual ficará servindo de titulo aos sobreditos Privilegiados.

E porque me foi finalmente presente a necessidade, que ha de se deverem expedir com promptidão os fardamentos, e que estes se demorão algumas vezes com o motivo da ordem que ha, para que todos os pannos venhão sellados com o sinete do sobredito Superintendente, e com Guias por elle expedidas; succedendo muitas vezes achar-se fóra da Villa occupado nas Correições, e em outras diligencias do seu cargo: Sou servido ordenar, que o mes-
mo

(9)

mo Superintendente se abstenha da execução daquella ordem , e que possam expedir-se os ditos pannos sem as referidas Guias , e Sellos , dirigidos aos respectivos Armazens Geraes das Minhas Trópas pela approvação , que delles hajão feito os Administradores propostos pela Junta do Commercio.

Pelo que : Mando á Meza do Desembargo do Paço , Regedor da Casa da Supplicação , ao Conselho da Minha Real Fazenda , Junta do Commercio destes Reinos , e seus Dominios , Desembargadores , Corregedores , Juizes , Justicas , Officiaes dellas , e mais pessoas , a quem o conhecimento deste pertencer , o cumprão , e guardem , e fação cumprir , e guardar tão inteiramente como nelle se contém , como parte dos Alvarás , e Regimento acima declarados , sem dúvida , ou embargo algum , e não obstante quaesquer Leis , Regimentos , Alvarás , Disposições , ou estylos contrarios , que Hei por derogados para este effeito sómente , ficando aliás sempre em seu vigor : E valerá como Carta passada pela Chancellaria , posto que por ella não ha de passar , e o seu effeito haja de durar mais de hum , e muitos annos , sem embargo das Ordenações em contrario. E se registará em todos os lugares , onde se costumão registrar semelhantes Leis , mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de N. Senhora da Ajuda a quatro de Setembro de mil e setecentos sessenta e nove.

R E Y . . .

Conde de Oeyras.

***A**lvará , por que Vossa Magestade he servido declarar, e ampliar os Alvarás de onze de Agosto de mil e setecentos cincoenta e nove , e sete de Novembro de mil e sete-*
cen-

centos sessenta e seis, em que se excita a observancia do Regimento de sete de Janeiro de mil e seiscentos e noventa, occorrendo nelle a mais algumas Disposições para melhor governo, e augmento das Fabricas dos Lanificios das Tres Comarcas da Guarda, Castello-Branco, e de Pinhel, tudo na forma acima declarado.

Para Vossa Magestade ver.

Clemente Isidoro Brandão o fez.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no Livro V. da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios. Nossa Senhora da Ajuda a 6 de Setembro de 1769.

Gaspar da Costa Posser.

Na Regia Officina Typografica.



OM JOSÉ por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquém, e dalém mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta Carta de Lei virem, que sendo a Successão *ab intestato*, pela qual se devolvem os bens aos parentes propinquos, agnados, ou cognados, conforme á razão natural, e aos dictames Divinos, expressos em hum, e outro Testamento: Sendo pelo contrario as Successões Testamentarias posteriores invenções do Direito das Gentes: Sendo as regras favoraveis ás mesmas Successões Testamentarias axiomas mal entendidos, em quanto são tendentes a anniquilarem a successão dos sobreditos propinquos, que he em tudo conforme á ordem da natureza, e da caridade Christã: Sendo por isso as cautelas, e restricções, que as Leis mais sabias da Europa tem determinado para coarctarem com a liberdade illimitada de testar, a de se violarem, a mesma Razão natural, e a mesma caridade Christã, não meros escrúpulos, e simples formalidades dos Legisladores, como foi mal considerado por hum grande numero de Juristas especulativos, e práticos; mas sim providencias justas, e sabias, que se devem respeitar como outras tantas barreiras, que defendem a mesma Razão natural, e a mesma caridade Christã contra os insultos da malignidade, e da cubica, e contra as muitas falsidades, litigios, dissensões, e perturbações, que resultam da livre facção dos Testamentos; como sempre succede, quando a ordem da Natureza se inverte por actos, que lhe sejam contrarios: Sendo certo, que com estes ponderosos motivos tem muitos Sabios declamado, que seria hum grande beneficio público tranquillizar a Successão natural com a prohibição absoluta de fazer Testamento: Sendo igualmente certo, que se não acha nas Sagradas Letras vestigio de facção Testamentaria; que muitas Nações desconhecêram o uso de testar; que outras o restringiram a certos bens, e a certas pessoas; que outras excogitaram, e preveni-

Suspensão al-
guno paragra-
fo desta lei p.
Decreto de 17
de 17 de Junho
de 1778

níram tantas cautelas, e taes formalidades, que não fosse facil privarem-se os herdeiros legitimos dos bens, que a Natureza, e a caridade lhes destinam: Sendo igualmente certo, que entre os Legisladores primitivos foram os Romanos aquelles, que unicamente concebêram a supersticiosa, e lucrosa idéa, com que persuadíram, que era ignominia morrer sem Testamento; para (de baixo dos pretextos desta supposta ignominia, e do outro de fazerem obsequio ás Leis Papias em odio do celibato) permittirem até aos Pais testarem com prejuizo dos proprios filhos, como tambem lhes facultavam vendellos, e matallos: Sendo igualmente certo, que os referidos dous pretextos constituíram os falsos fundamentos de todas as outras maximas, que estabelecêram; que o mais infimo individuo da plebe, fazendo Testamento, constituísse nelle huma Lei inviolavel a todos, e quaesquer Magistrados, para governarem os Testadores este desde o outro Mundo; que a herança fosse individua; que represente a pessoa do defuncto depois de não ter alguma existencia; que se não pudesse morrer em parte testado, em parte intestado; e as outras semelhantes ficções, que por vulgar systema tem pugnado no Foro contencioso com prejuizo público para salvar a validade dos Testamentos contra os justos clamores dos herdeiros legitimos: Sendo igualmente certo, que este espirito da Legislatura Romana sobre os Testamentos foi, e he diametralmente opposto ao espirito da Legislatura da maior parte das outras Nações civilizadas; pois que ao mesmo tempo, em que todo o fim dos Romanos foi ampliar a faculdade de testar; pelo contrario todo o objecto das ditas Nações foi coarctar, e restringir a dita faculdade; conhecendo com clarissimas luzes por huma parte, que nenhum inconveniente se seguia de se devolverem os bens daquelles, que falecessem sem fazer Testamento, aos successores propinquos, que a Razão natural, e a caridade chamam para a successão delles; e conhecendo pela outra parte as suggestões ímpias, as extorções maliciosas, e as simulações, e falsidades, de que he causa a liberdade illimitada de fazer Testamento. Por quanto sendo estabelecida sobre estes luminosos principios a Minha pro-

(3)

vidente, e faudavel Lei de vinte e cinco de Junho de mil e setecentos sessenta e seis: Me foi presente, que entre os Juizes Executores della se tinha infurecido hum pernicioso combate: Pugnando huns delles para a interpretarem pelo espirito da Legislatura Romana, que respeitavam por força de educação; porque a achavam recommendada pela Ordenação do Reino; e porque esta se não tinha por Mim reprovado com palavras expressas nos Titulos, em que dispoz sobre os Testamentos: E pugnando outros pelo genuino sentido, e verdadeiro espirito da Minha sobredita Lei, os quaes della se concluem clara, e manifestamente; vendo-se, que em lugar de ser dirigida a ampliar a faculdade illimitada de testar; e a anniquilar assim a Successão legítima, que he todo o espirito da dita Legislatura Romana; muito pelo contrario foi por Mim ordenada a restringir a liberdade mal entendida de testar; e a promover, e sustentar a Successão legítima a favor dos propinquos, aos quaes a Razão natural, a caridade Christã, e a boa ordem das familias differem as heranças. Por quanto depois de tornar a ouvir sobre esta importante materia hum grande numero de Ministros do meu Conselho, e Desembargo, de muito ajustada consciencia, muito doutos, e versados em todas as Leis Divinas, e Humanas; e muito zelosos do serviço de Deos, e Meu, e do bem commum dos Meus Vassallos; se assentou uniformemente por Elles, que entre os mesmos Vassallos não poderia haver socego público; nem entre as familias dos Meus Reinos prosperidade alguma, que fosse consistente, em quanto Eu não fizesse cessar o referido combate; e não fixasse para o remover a certeza da Jurisprudencia, que se deve observar nesta materia Testamentaria, como o tinham praticado as muitas outras sobreditas Nações illuminadas, cujas Leis Me fizeram presentes; declarando Eu, e ampliando para esse effeito a Minha sobredita Lei de vinte e cinco de Junho de mil e setecentos sessenta e seis; de forte, que sustentasse as Disposições Testamentarias sem violencia da Razão natural, e ordem das familias; sustentasse as causas pias tanto quanto o podia permitir a causa pública, que tambem he causa pia superior a todas,

das, e quaesquer outras causas particulares; sustentasse a industria dos Meus Vassallos, animando-os com a maior liberdade, e segurança para disporem dos frutos dos seus honestos trabalhos, e louvaveis merecimentos, de sorte que sejam bem logrados; e sustentasse o antigo costume, que a Ordenação do Reino authorizou para a disposição das *Terças* na parte, em que he admissivel; modificando-o na outra parte, em que he nocivo, e contém abusos prejudiciaes á utilidade, e tranquillidade pública. Com todas estas causas, e com a de estabelecer entre os Habitantes dos Meus Reinos, e Dominios (em quanto he possível) a paz, e a justiça, que constituem a felicidade dos Póvos, e a gloria mais solida dos Reis; depois de Me haver conformado com os sobreditos Pareceres; usando do Meu Regio, Pleno, e Supremo Poder, e da Minha Real Authoridade: Quero, Mando, e he minha vontade ampliar, e declarar a Minha sobredita Lei Testamentaria na maneira seguinte.

Suspensio

1. Nenhuma pessoa, de qualquer estado, e condição que seja, tendo Parentes até o quarto gráo inclusivamente, contado conforme o Direito Canonico, poderá dispôr em ultima vontade de todos os bens, que houver herdado, em prejuizo, e sem consentimento dos ditos Parentes, a quem a sua herança se haja devolver *ab intestato*. Não tendo porém filhos, ou descendentes, poderá então dispôr dos bens, que houver adquirido pelo seu trabalho, industria, serviço, ou que lhe houverem sido deixados, ou doados; com tanto, que a sua disposição não seja absolutamente livre, mas sim, e tão sómente restricta a escolher entre os ditos Parentes aquelle, ou aquelles, que lhe forem mais gratos. E todas as disposições feitas contra esta impreterivel fórma serão nulas, e de nenhum effeito.

Idem

2. Aquelle Testador, que tiver filhos, ou descendentes, e tiver sómente bens, que haja herdado, poderá com tudo dispôr da *Terça* delles em beneficio de algum desses filhos, ou descendentes, que lhes haveriam de succeder morrendo intestado. Porém se tiver bens adquiridos por qualquer dos sobreditos modos, poderá livremente dispôr da *Terça* delles ainda a favor de pessoas estranhas.

Os

(5)

3 Os outros Testadores, que não tiverem Parentes dentro do quarto gráo, poderão livremente dispôr de ametade dos bens hereditarios, e de todos os adquiridos, como bem lhes parecer.

Idem

4 O Marido, e Mulher se reputarão sempre por Parentes, para cada hum delles poder deixar ao que sobreviver o uso fruto da *Terça*, ainda quando não haja bens, que não sejam hereditarios. E não havendo filhos do Matrimonio, poderão reciprocamente deixar-se a propriedade da mesma *Terça*.

Idem

5 Para fazer cessar o sobredito combate, que se infureceo entre os Juizes Executores da minha Lei Testamentaria de vinte e cinco de Junho de mil e setecentos sessenta e seis; e para occorrer aos damnos, que d'elle se seguíram: Declaro por nullas, e de nenhum effeito todas, e quaesquer Sentenças, que desde a publicação da mesma Lei se hajam proferido com espirito contrario ao seu genuino sentido, e verdadeiro espirito affirma declarado. E Mando, que se recolham, e por ellas se não faça obra alguma; e que tendo-se feito, se reponha como estabelecida em falsa causa, e contra a disposição da sobredita Lei; sem que as referidas Sentenças possam produzir effeito a favor dos que as alcançaram, nem prestar impedimento ás outras partes contra quem se houverem proferido.

Idem

6 Por quanto tem chegado aos ultimos excessos a desordem, e a deshumanidade, com que nos Testamentos se costuma quotidianamente (debaixo dos pretextos de causas pias, e bens da alma) abusar impia, e intoleravelmente da fraqueza, e desacordo dos Testadores preoccupados com as funestas cogitações da vida, e da morte; as quaes se lhes representam mais vivamente no acto de testar pelos que os induzem a lhes abandonarem os bens, de que já não podem aproveitar-se, como ordinariamente abandonam, a pezar do Direito, e da miseria dos Parentes, a quem a Razão natural, e caridade Christã os mandam conferir: Determino, que daqui em diante ninguem possa dispôr a titulo de Legados pios, ou de bens da alma, de mais do que da

Idem

terceira parte da *Terça* dos seus bens, ou estes sejam hereditarios, ou sejam adquiridos: E isto debaixo da mesma pena de nullidade.

Idem

7 A referida terceira parte da *Terça* se entenderá porém de tal sorte, que nunca possa exceder a quantia de quatrocentos mil reis, e mais não. Por exemplo: Importando a terceira parte da *Terça* em seiscentos mil reis, e dahi para fima, nunca poderá subsistir a disposição Testamentaria a titulo de piedade, ou de bens da alma em mais do que até os ditos quatrocentos mil reis sómente. O mesmo se observará pelos herdeiros legitimos daquelles, que morrerem intestados, a respeito dos suffragios, que lhes parecer fazerem a beneficio das almas dos defuntos.

Idem.

8 Exceptuo porém desta geral restricção os Legados deixados ou ás Casas de Misericordia, ou aos Hospitales para dotes de Orfans, cura de Enfermos, e sustentação de Meninos expostos; ou a Escolas, e Seminarios de criação, e educação da mocidade; porque estes Legados poderão valer, cabendo na *Terça*, até a quantia de oitocentos mil reis. E sendo de maior quantia, recorrerão os Testadores, ou Legatarios á minha Real, e immediata Providencia, para lhes deferir, confirmando o excesso do Legado, de que se tratar, em todo, ou em parte, conforme as circumstancias de cada hum dos casos occorrentes, se Me parecer que para isso concorre justa causa.

Idem

9 Para evitar as fraudes, que ordinariamente se costumam fazer pelo meio de Doações *causa mortis*: Mando, que debaixo da mesma pena de nullidade ninguem possa dispôr por via de doação *causa mortis* de mais, do que lhe fica por esta Lei permittido para dispôr por via do Testamento: Reputando-se sempre para a prohibição as Doações *inter vivos* com a reserva de usufruto em vida por Doações *causa mortis* sem differença alguma.

10 Com os exuberantes motivos da contemplação dos herdeiros legitimos para sustentar a successão natural, e ordem das familias; da mesma ordem das familias; e da mesma Razão natural illustrada com os principios do bem commun

(7)

mum da Sociedade civil dos Vassallos destes Meus Reinos, e Dominios, que constituíram os solidos fundamentos da sabia, providente, e saudavel Lei do Senhor Rey D. Diniz de pia, e gloriosa memoria, dada em Coimbra a vinte e hum de Março do anno de mil e duzentos noventa e hum, e de outras semelhantes Leis de amortização, modernamente publicadas em Napoles, Milão, Parma, Veneza, Baviera, e Lucca: E considerando Eu, que ao mesmo tempo, no qual pela Lei, que nestes Reinos, e outros da Europa, tem regulado os Pactos Dotaes entre as familias da primeira Nobreza em conservação della sam excluidas das legitimas Paternas, e Maternas as filhas, que pelos casamentos não morrem, mas tomam estado para viverem, e vivificarem; não podia caber na boa razão, que os filhos, ou filhas, que pela Profissão Religiosa morrem para o Mundo, tornem a apparecer no mesmo Mundo incompativelmente, para nelle inquietarem as familias de seus Pais, e Parentes: Determino, que todos os Religiosos, e Religiosas, que professarem, ainda naquellas Communidades, que podem possuir bens em commum, fiquem inteiramente excluidos, e excluidas; não só de serem herdeiros *ab intestato*, mas tambem das heranças, e legitimas Paternas, ou Maternas; porque os direitos do sangue se julgarão a respeito de todos os sobreditos totalmente extinctos com os votos da Profissão, pelos quaes os mesmos Religiosos, e Religiosas, renunciando o Mundo, se apartam delle, quando entram nas Ordens das suas respectivas filiações: Excitando, como excito, para estes effeitos a referida Lei promulgada pelo dito Senhor Rey D. Diniz em vinte e hum de Março do anno de mil e duzentos noventa e hum: Revogando a Ordenação do Livro Segundo, Titulo dezoito, com todas, e quaesquer outras Leis, Disposições, e Doutrinas nas partes, que permitem, e authorizam nos sobreditos Religiosos, e Religiosas as Successões, ou *ab intestato*, ou das heranças Paternas, e Maternas; para que daqui em diante fiquem reputados, como se mortos fossem para o Mundo, nos actos das suas respectivas Profissões. E os Magistrados, e Officiaes, que contra

esta disposição julgarem, ou procederem, ou seja nos Fóros contenciosos, ou seja nos autos de partilhas, ficarão por esses mesmos factos suspensos até novas mercês Minhas; e pagarão em dobro ás partes os damnos, que lhes houverem causado. As acções pendentes em Juizo, ou fóra d'elle serão comprehendidas nesta geral Sanção.

11 Com os mesmos exuberantes motivos declaro por absurdas, e abusivas as opiniões de todos os Doutores, que contra os votos Religiosos, e Estado Ecclesiastico, Regular, e Secular se animáram a defender, que os Religiosos, e Religiosas, ou os Sacerdotes Seculares, podem succeder em Morgados, quando na instituição delles não ha clausulas de annexar a *Terça*, de usar das Armas da Familia, e outras semelhantes: Devendo-se ter entendido muito pelo contrario não só que a pura, e simples instituição de Morgado he pela sua mesma natureza incompativel com o estado das ditas PESSOAS Ecclesiasticas; mas tambem que até as vocações expressas das referidas PESSOAS são nullas, e de nenhum effeito; porque nem póde verificar-se em taes PESSOAS o fim da conservação das Familias; nem sustentar-se a dignidade temporal, que constituem os mesmos Morgados, para com ella poderem os seus Administradores servir a Minha Coroa, e Real Casa mais decorosamente; sendo estas as unicas razões, que fazem toleraveis dentro nestes Meus Reinos os referidos Morgados, nos quaes aliás se contém verdadeiros monopolios tão prejudiciaes ao Regio Patrimonio das SIZAS, e outras imposições, que lhe fazem cessar, como ao commercio dos bens de raiz entre os Meus Vassallos. E os Julgadores, que o contrario sentencearem, ou seja por contravenção expressa, ou seja por interpretação desta Lei, incorrerão nas mesmas penas assima ordenadas.

12 Havendo sido tantas, e tão frequentes as queixas dos mesmos Vassallos contra a liberdade mal entendida de testar; ainda foram, e são muito mais continuados, e muito mais pungentes os clamores, que tem soado no Meu Real Throno contra a outra liberdade peor entendida, e mais prejudicial de se instituirem Capellas, gravando-se os Predios

(9)

urbanos , e rusticos , com Missas , e outros encargos pios , sem conta , sem pezo , e sem medida : De sorte , que foi justificado na Minha Real Presença : Por huma parte , que sam já tantos os sobreditos encargos de Missas , que ainda que todos os individuos existentes nestes Reinos em hum , e outro sexo fossem Clerigos , nem assim poderiam dizer a terça parte das Missas , que constam das Instituições registadas nas Provedorias dos mesmos Reinos ; em huma das mais pequenas das quaes (por exemplo) se acháram instituidas doze mil Capellas , e mais de quinhentas mil Missas annuaes : Por outra parte , que para se diffimular , e cubrir a referida impossibilidade se affectam Bullas Millenarias , que não existem , nem poderiam existir sem o reprovado vicio de Simonia ; e se fazem negociações furdidas de flores , doces , e outras mercadorias a troco de Missas sollicitadas para as fazerem gyrar as pessoas , que as buscam , depois de conseguidas : Por outra parte , que assim fica sendo incomparavelmente menor o numero das almas beneficiadas com as Missas , que effectivamente se dizem , ou podem dizer , do que o das outras almas quasi innumeraveis , que se não aproveitam , nem podem aproveitar das outras Missas accumuladas , e suppostas , que não podem dizer-se : Por outra parte , que sendo licito no presente estado de desordem a qualquer Proprietario de bens gravar as suas Terras com os referidos encargos ; tendo seu Filho a mesma liberdade ; e passando esta ao Neto , Bisneto , e mais descendentes ; dentro em poucas gerações ficarão essas Terras não só inuteis , mas molestas , e prejudiciaes á familia dos sobreditos Instituidores , a qual em lugar de receber beneficio dellas , padecerá a vexação de ser executada pelos encargos insupportaveis dos referidos bens , que os ditos Ascendentes houverem levado comfigo para a eternidade ; e se chegará ao caso de serem as almas do outro Mundo senhoras de todos os Predios destes Reinos : E pela outra parte , que este caso sendo muito triste , sómente figurado , se acha já tão infelizmente succedido , que se todos os encargos actualmente impostos se cumprissem , não bastariam para a satisfação delles todos os rendimentos das

propriedades dos mesmos Reinos, sendo computados, e combinados arithmeticamente: Supplicando-se-me que Eu á vista de tão indispensaveis urgencias Me servisse de pôr fim aos sobreditos absurdos; reformando o preterito, e precavendo o futuro com as competentes providencias; de excitar a Constituição decimaquarta das Cortes Legislativas do Senhor Rey D. Affonso II; de explicar o Artigo quinto da Terceira chamada *Concordia* do Senhor Rey D. Diniz; o outro Artigo oitenta e sete da tambem chamada *Concordia* do Senhor Rey D. João o I; a Quota, ou Taxa da Terça parte reservada no Reinado do Senhor Rey D. Affonso V para os Administradores das Capellas, que já então se achavam absorvidas pelos encargos; e a Ordenação do Reino, em que os nocivos Regulares, que na ultima Compilação della tiveram tantas, e tão funestas influencias; fazendo-se desentendidos da escuridade de alguns daquelles Seculos, e das perturbações de outros, pertendêram applacar os sobreditos clamores dos Póvos expilados, fazendo arbitrar aos ditos Administradores de Capellas a Terça parte dos rendimentos dellas em lugar da Quinta parte, que antes se lhes tinha reservado.

13 E sendo inseparaveis da Alta, e independente Sobe-
 rania, que nas materias temporaes recebi immediatamente de
 Deos Todo Poderoso, o poder de regular as disposições dos
 bens dos Meus Vassallos em commum beneficio; a obriga-
 ção de apartar do meio delles tantos, e tão grandes escan-
 dalos; e a protecção para os defender de todos os insultos
 estranhos, e domesticos: Sendo os sobreditos encargos ex-
 cessivos não só impossiveis de cumprir, mas tambem a ne-
 cessaria falta do cumprimento delles muito escandalosa: E
 sendo os referidos gravames, e falta de satisfação delles, as
 manifestas causas das muitas, e muito lastimosas ruinas de
 hum grande numero de casas, e familias distinctas, que aca-
 báram, como acabariam todas as que ainda restam, a não
 occorrer a Minha Real Providencia com hum prompto, e
 efficaz remedio, que conserve a Nobreza no estado de Me
 poder servir, e aos Póvos os meios para supportarem as im-
 po-

(11)

posições públicas, que constituem os nervos das forças indispensavelmente necessarias para a defesa dos Meus ditos Reinos, e dos Vassallos delles: Com todas estas, e outras causas: Estabeleço a respeito das sobreditas Capellas o seguinte.

Quanto ao futuro.

14 A nenhum dos Meus referidos Vassallos será permitido da publicação desta em diante; ou seja por disposição Testamentaria; ou seja por doação *causa mortis*; ou seja por doação *inter vivos*; ou seja por qualquer outro acto convencional, estabelecer Capellas, gravando com os encargos dellas, quaesquer que elles forem, os fundos de Terras, ou quaesquer outros bens de raiz, que possuirem, de qualquer qualidade que sejam.

15 Todas as Capellas, que forem estabelecidas em outra qualquer fórma, que não seja a que affima tenho determinado, serão nullas, e de nenhum effeito, e os bens dellas passarão logo immediatamente sem o menor encargo ao Parente mais proximo agnado, ou cognado, a quem por Direito deveriam devolver-se, se mortos fossem os transgressores desta Minha Real Disposição: Bem entendido, que nella comprehendendo toda a qualidade de Capellas, sejam quaesquer que forem os Administradores, sem excepção alguma.

16 Por obviar a qualquer fraude, que contra esta favedavel, e necessaria providencia se possa intentar: Mando debaixo das mesmas penas, que se não possam fazer Contratos para a instituição de Capellas por escritos particulares, ainda que sejam daquellas Pessoas, a quem por Direito compete este privilegio; sendo indispensavel a fórma de Escritura pública; e perdendo os Officios, se forem Proprietarios, ou o valor delles, sendo Serventuarios, os Tabelliães, que nas suas Notas lavrarem instrumentos contrarios á disposição desta Lei. Na mesma pena incorrerão, se reconhecerem Escritos particulares contractados contra a indispensavel fórma affima estabelecida.

17 Não he porém da Minha Real intenção prohibir, que

que as ditas Capellas sejam estabelecidas em certas quantias de dinheiro corrente ; com tanto , que para isso preceda licença Minha despachada pela Meza do Desembargo do Paço , a qual Me fará presentes por Consultas os Requerimentos das Partes , para Eu confirmar os seus Contratos em todo , ou em parte , segundo a exigencia dos casos , e as circumstancias , que nelles concorrerem.

Quanto ao preterito.

18 Sendo exorbitante que os Instituidores de Capellas fundadas , sem preceder Authoridade Regia , depois de fraudarem a Minha Coroa nas Sizas , e nas outras imposições públicas , em quanto as ditas Capellas andáram pelos Administradores particulares , extendam as suas disposições a gravarem tambem a mesma Coroa já gravada até para o tempo , em que as mesmas Capellas se lhe devolvem : Mando , que todas as que se acham devolutas , e daqui em diante se devolverem á Coroa , ou por commissos , ou por serem vacantes , se entendam , e fiquem livres , e izentas de todos os encargos nellas impostos , não havendo precedido para as imposições delles Authoridade Regia.

19 E porque tambem não póde ser compativel com a boa Razão , que ao mesmo tempo , em que a Santa Madre Igreja se contenta com a Decima dos frutos , pertenda qualquer Instituidor particular opprimir perpetuamente os seus successores com maiores encargos : Ordeno , que os actuaes gravames , que excederem a decima parte do rendimento liquido dos bens incapellados , sejam , e fiquem desde a publicação desta em diante abolidos , reduzindo-se os sobreditos encargos á dita parte decima fómente. O que com tudo se entenderá em quanto Eu assim o houver por bem , e a causa pública o puder permittir.

20 Não sendo as vontades dos Testadores , ou Instituidores particulares ; mas sim o bem commum do Reino , e a utilidade pública da conservação dos Vassallos delle , que devem regular estes actos : Mando , que os encargos até agora

im-

*Suspensão
Sancitade com
pequena differença
ca p. 1.ª Lei de 20
de Maio de 1796*

*Idem
Sancitade pela
Lei de 20 de
Maio de 1796*

(13)

impostos nos referidos bens incapellados se entendam sempre taxativos, e não demonstrativos, ainda que as clausulas das Instituições determinem expressamente o contrario.

21 Ao mesmo tempo foi na Minha Real Presença ponderado, que as propriedades de casas, os fundos de terras, e as fazendas, que foram creadas para a subsistencia dos vivos, de nenhuma sorte podem pertencer aos defuntos: Que nem ha razão alguma, para que qualquer homem depois de morto haja de conservar até o dia do Juizo o dominio dos bens, e fazendas, que tinha quando vivo: Que menos a póde haver, para que o sobredito homem pertenda tirar proveito do perpétuo incommodo de todos os seus successores até o fim do Mundo: Que se isto assim se admittisse, não haveria hoje em toda a Christandade hum só palmo de terra, que pudesse pertencer á gente viva, a qual da mesma terra se deve alimentar por Direito Divino estabelecido desde a creação do Mundo: Que as causas públicas do augmento, e conservação das Casas Nobres; sendo as unicas causas, com que se tem permittido os vinculos, aliás prejudiciaes ao Erario Regio, e ao commercio dos Vassallos, de nenhuma sorte podem applicar-se ás Capellas insignificantes; que nem podem principiar familias no terceiro estado; nem conservar o decóro das que já se acham elevadas aos grãos da Nobreza; servindo sómente as ditas Capellas insignificantes muito pelo contrario de causarem muitos, e muito frequentes embarços aos que possuem terras, e fazendas, para não poderem alargallas, e ampliallas aos fins de as fazerem mais uteis ao público, e mais nobres para suas familias, sem que sejam impedidos pelos innumeraveis estorvos, com que a cada passo lhes obstem estes chamados vinculos de pouca importancia: Que a tudo o referido accresce fazerem os sobreditos encargos com que as casas, e fazendas das sobreditas Capellas se achem na maior parte já perdidas; deturpando as Povoações do Reino com montes de ruinas; e privando a agricultura dos seus frutos com prejuizo público. E attendendo a estas justas causas: Estabeleço por huma parte, que todas as disposições, e convenções, *causa mortis*, ou *inter vivos*, em

*Idem.**Leitura pela
Lei 20 Maio
1796*

em que for instituida a alma por herdeira , sejam nullas , e de nenhum effeito : E estableço pela outra parte , que os bens de todas as Capellas , ou Anniversarios , cujos rendimentos , depois de deduzidos os encargos , não importarem cem mil reis annuos , e dahi para cima nas Provincias do Reino ; e duzentos mil reis , e dahi para cima nesta Minha Corte , e Provincia da Estremadura ; sejam reputados , e julgados por bens livres , e desembaraçados , não obstante as vocações , e clausulas das Instituições , pelas quaes os referidos bens se acham , e acharem vinculados , e assim abusivamente tirados do commercio humano contra a utilidade pública.

22 Sendo-me presente , que os Paragrafos Quinto , e Sexto da Ordenação do Livro Quarto , Titulo cem com os seguintes são inteiramente estranhos do espirito dos louváveis costumes , e Leis destes Meus Reinos : E que havendo-se nelles introduzido com a ultima Compilação do anno de mil e seiscentos e dous pelos nocivos , e infestos Regulares , que nella he notorio , que tiveram a principal influencia , debaixo dos pretextos de conservarem separados os Appellidos , e as Armas das Familias distinctas para a conservação das suas memorias ; foram na substancia , e na realidade ordenados a cortarem á mesma Nobreza o progresso do augmento das rendas , sem o qual não podiam as Casas grandes , e distinctas , nem manter a sua decencia , ainda naquelles tempos de maior moderação , com o rendimento dos quatro mil cruzados , a que as reduziram ; e muito menos podem nestes presentes tempos sustentar com tão limitado rendimento a decencia necessaria para a si se conservarem , e a Mim me servirem : Determino , que da publicação desta em diante tudo o que se acha disposto na sobredita Ordenação do Livro Quarto , Titulo cem , desde o Paragrafo Quinto inclusivamente até o Paragrafo final , se haja por não escrito ; revogando , como revogo , todos os sobreditos Paragrafos de Meu Motu proprio , certa Sciencia , Poder Real , Pleno , e Supremo.

23 Declaro , e estableço porém , que tendo as Instituições dos Morgados , que por effeito dos Matrimonios se

uni-

unirem, clausulas, que obriguem ao uso das Armas, e Appellidos dos seus Instituidores, serão obrigados os respectivos Administradores a usar delles, e dellas debaixo da pena de passarem os vinculos, que se houverem unido, aos immediatos Successores delles, para assim se conservarem as benemeritas memorias dos primeiros Fundadores dos referidos Morgados.

24 Estableço outro fim debaixo da mesma pena, que ainda nos casos, em que não houver as sobreditas clausulas, prefiram sempre no lugar dos Escudos, e na ordem da letra dos Titulos, e Assinaturas, os Appellidos, e Armas dos Morgados, que no concurso de outros em huma só pessoa forem de mais importante, e consideravel rendimento.

25 Para obviar em beneficio do socego público a todas as controversias, que sobre as successões, nomeações, devoluções, e vacaturas dos Prafos vitalicios, e direito de renovação delles pela equidade chamada vulgarmente de *Bartholo*, costumam agitar-se, e podem recrescer no futuro: Fixando tambem a este respeito a certeza da Jurisprudencia, que se deve observar nos Meus Reinos, e Dominios: E declarando, e ampliando a esse fim oTitulo trinta e seis da Ordenação do Livro Quarto: Mando, que da publicação desta em diante se observe a sobredita Ordenação com as declarações, e ampliações seguintes.

26 Não sendo a dita equidade inventada por *Bartholo*, como se quiz suppôr, mas sim estabelecida no Direito Natural, que não permite que alguem se locuplete com grave jactura de terceiro: E verificando-se esta iniquidade em todos os casos, nos quaes havendo despendido os Enfiteutas (por exemplo) dez, vinte, trinta, quarenta mil cruzados, e mais em humas ruinas, ou terreno bravio, e inculto, cujas propriedades valessem de principal cem, duzentos, trezentos, quatrocentos, ou quinhentos mil reis sómente, quando se afforáram; succedesse falecerem sem Ascendentes, ou Descendentes, e sem nomearem os ditos Enfiteutas na primeira, ou na segunda vida, que a fraqueza humana faz passar brevemente; e succedesse ficarem assim os Senho-

*Vide Assento de
Supra. de 16 de
Febr. de 1786.
edi de 23 No-
vembre 1770. §. 10.*

nhorios directos lucrando todas aquellas disproporcionadas despezas com mais que enormissimas lesões dos herdeiros legitimos dos mesmos Enfiteutas : A fim de que mais se não duvide em Juizo , ou fóra d'elle sobre a referida equidade : Mando , que o mesmo , que a sobredita Ordenação determina a favor dos Descendentes , e Ascendentes não nomeados , se observe da mesma forte a favor dos herdeiros transverfaes *ab intestato* , em quanto os houver : E que só nos casos , em que os ditos Enfiteutas falecidos sem nomear não deixarem Parentes até o quarto gráo inclusivamente (contado conforme o Direito Canonico) , se devolvam então os Prafos aos Senhorios directos , sendo aptos , e fiquem nelles a seu favor consolidados ambos os dous dominios. O que se observará , ficando aliás em tudo mais a dita Ordenação sempre em seu vigor.

Suspens.

27 Muitas vezes tem chegado á Minha Real presença vivas , e repetidas queixas das grandes deteriorações , e subsequentes ruinas , que se tem seguido ás Casas dos Meus Reinos de segundos , e terceiros casamentos feitos por homens , que depois de terem estabelecido as suas Casas com huma numerosa successão , casam segundas , e terceiras vezes sem necessidade , prejudicando gravemente , e até abandonando os filhos do primeiro Matrimonio para interessarem os do segundo por importunas instancias das Madrastras. E a fim de que cessem estas desordens tão prejudiciaes ao augmento das familias , que contém utilidade pública : Estabeleço , que todo o Pai de familias , que casar segunda vez , tendo filhos do primeiro Matrimonio , seja obrigado a fazer Inventario dos bens móveis , femoventes , de raiz , e acções , que tiver ao tempo do dito segundo Matrimonio , e a segurar com caução de indemnidade as legitimas , que nos taes bens tocarem ao filho , ou filhos do dito primeiro Matrimonio ; de sorte que não possam distrahir-se , e menos alhear-se por qualquer titulo que seja : Prohibindo , como prohibo , a communicação dos referidos bens pelas segundas Nupcias : E tudo o referido debaixo das penas de sequestro , e nullidade dos contratos , que se fizerem para as alheações das
fo-

sobreditas legitimas , as quaes gozarão do privilegio dos bens dotaes desde a mesma hora do falecimento das primeiras Mulheres. Havendo nestes Casaes Prasos , que sejam vitalicios , ficarão pelos factos dos segundos casamentos *ipso jure* nomeados nos filhos primogenitos ; retrotrahindo-se esta legal nomeação ao tempo do falecimento das defuntas suas Mães ; não obstante quaesquer nomeações , que depois d'elle se hajam feito , não havendo estas sido a favor de algum dos filhos do primeiro Matrimonio. O mesmo ordeno , que se observe nos Morgados de livre nomeação ; sendo regulados pelo referido direito dos Prasos vitalicios.

Idem

28 Permitto com tudo , que os outros bens adquiridos depois dos segundos , e terceiros Matrimonios , se possam communicar entre os Conjuges , e computar para as legitimas dos filhos , com tanto que as *Terças* fiquem sempre pertencendo áquelle , ou áquelles filhos do primeiro Matrimonio , que aos Pais communs parecer nomear.

Idem

29 Ainda tem sido mais prejudiciaes as desordens causadas pelas Mulheres , que ficando viuvias com filhos , ou com netos , se deixam alliciar para passarem a segundas Nupcias pelos vadios , e cubiçosos , que não buscam o estado do Matrimonio para os santos fins , que a Igreja ensina , mas sim , e tão sómente para se arrogarem a administração , usurpação , e dilapidação dos bens das ditas viuvias , e dos orfãos seus filhos , ou seus netos. Obviando tambem aos quotidianos clamores dos opprimidos com semelhantes casamentos : Estableço primeiramente , que todas as Mulheres , que tendo filhos , ou netos passarem a segundas , ou terceiras Nupcias , em idade de ter ainda successão , sejam desapossadas dos bens das legitimas paternas , e maternas desses filhos , ou netos , e de quaesquer outros a elles pertencentes ; nomeando-se para elles pela Meza do Desembargo do Paço hum Administrador chão , e abonado , no caso de serem menores ; e sendo maiores , se lhes entregue desde logo tudo , o que lhes pertenceria , se mortas fossem as referidas Mães : Estableço em segundo lugar , que com as referidas Mães se pratique inviolavelmente a Ordenação , que lhes prohibe as Tutorias , de-

defendendo, como defendo, que para esse effeito se passem Provisões, que não sejam determinadas por Ordem Minha especial em alguns casos de taes, e tão particulares circumstancias, que Me possã mover a moderar nelles esta Minha geral Disposição: Estableço em terceiro lugar, que, ficando às ditas viúvas salvo o uso fruto das suas *Terças* para seus alimentos, possã ter para dellas dispôr por morte a mesma liberdade, que assima deixo aos Maridos segunda vez casados: Estableço em quarto, e ultimo lugar a respeito daquellas, que entre as ditas Mulheres casarem depois de haverem cumprido os sincoenta annos, nos quaes cessa a fecundidade, que não possa haver communicação de bens a favor dos Esposos, que as buscam pela cubiça delles; mas antes pelo contrario sejam os bens, que ellas possuirem, inventariados ao tempo dos Matrimonios, e lhes seja prohibida debaixo da pena de nullidade toda a alheação delles, e toda a contracção de dividas para os fazerem executar por ellas, como ordinariamente costuma succeder; reservando-se-lhes o uso fruto em sua vida, salva a substancia dos mesmos bens a favor dos herdeiros legitimos agnados, ou cognados; e a liberdade de poderem testar das *Terças* nos termos habeis, que por esta Lei tenho determinado; declarando assim a Ordenação, que dispõe sobre esta materia; e mandando, que se não possa entender de outro algum modo.

Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço; Regedor da Casa da Supplicação; Governador da Relação, e Casa do Porto; Desembargadores das ditas Casas; Conselho da Minha Real Fazenda, e do Ultramar; Meza da Consciencia, e Ordens; Senado da Camara; Vice-Reys; Governadores, e Capitães Generaes de todos os Meus Dominios Ultramarinos; Desembargadores das Relações delles; e a todos os Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juizes, Justiças, Officiaes, e pessoas dos Meus Reinos, e Senhorios, que cumpram, e guardem esta Minha Lei, e Pragmatica assim, e da maneira, que nella se contém, e lhe façam dar a mais inteira, e inviolavel observancia; não obstante os Paragrafos sinco, seis, sete da sobredita Lei de vinte e sin-

(19)

co de Junho de mil e setecentos sessenta e seis, que por esta ficarão cessando, e quaesquer Leis, Ordenações, Resoluções, Constituições, Artigos, e Assentos de Cortes em contrario, os quaes todos, e todas de Meu Motu proprio, certa Sciencia, Poder Real, Pleno, e Supremo derogo, e hei por derogadas, havendo-as aqui todos, e todas por expressas, como se de cada huma dellas, e delles fizesse especial menção, sem embargo da Lei, e quaesquer outras Disposições do Direito, que determinam o contrario. E outro fim Mando ao Doutor João Pacheco Pereira, do Meu Conselho, Desembargador do Paço, que serve de Chanceller Mór do Reino, que a faça publicar na Chancellaria, e envie os Exemplares della impressos sob Meu Sello, e seu final a todos os Tribunaes, e a todos os Julgadores, registando-se em todas as partes, onde se costumam registrar semelhantes Leis; e esta propria se mandará para o Meu Real Archivo da Torre do Tombo. Dada no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em nove de Setembro de mil e setecentos sessenta e nove.

EL REY Com Guarda.

Conde de Oeyras.

*C*arta de Lei, e Pragmatica, por que Vossa Magestade sendo-lhe presente, que entre os Juizes Executores da sua providente, e saudavel Lei Testamentaria de vinte e cinco de Ju-

Funho de mil e setecentos sessenta e seis se tinha infurecido hum pernicioso combate de interpretações contradictorias ; e usando para o fazer cessar do seu Real , Pleno , e Supremo Poder: Quer , Manda , e he sua vontade declarar , e ampliar a sobre-dita Lei testamentaria na maneira affima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

João Baptista de Araujo a fez.

Registada na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no Livro II das Cartas , Alvarás , e Patentes a folh. 184. Nossa Senhora da Ajuda a 13 de Setembro de 1769.

João Baptista de Araujo.

João Pacheco Pereira.

Foi publicada esta Carta de Lei , e Pragmatica na Chancellaria Mór da Corte , e Reino. Lisboa a 16 de Setembro de 1769.

Dom Sebastião Maldonado.

Registada na Chancellaria Mór da Corte , e Reino no Livro das Leis a fol. 225. Lisboa 16 de Setembro de 1769.

Feronymo José Correa de Moura.

Na Regia Officina Typografica.



EU ELREY. Faço saber aos que este Alvará virem: Que por quanto pela publicação das duas Leis de vinte e dous de Dezembro de mil e setecentos sessenta e hum ficáram os Almoxarifes, que até aquelle tempo foram Juizes dos Direitos Reaes, e Executores das suas Receitas, sendo simples Recebedores; e em taes termos assim como neste Reino fora preciso occorrer á expedição dos casuaes incidentes, e execuções, que na cobrança dos Direitos dos Almoxarifados sam inevitaveis, assim tambem era necessario para os Almoxarifados das Ilhas: E que havendo mostrado a experiencia, que para fazer cessar nas Minhas Alfandegas das mesmas Ilhas os descaminhos dos Meus Reaes Direitos, e os contrabandos, que nellas, e seus Districtos se fazem com transgressão das prohibições estabelecidas pelas Minhas Leis, não basta haver Eu já ordenado aos Governadores, que fizessem administrar as ditas Alfandegas debaixo da inspecção dos Juizes de Fóra: Sou servido ordenar aos ditos respeitos (para mais facil execução das referidas Leis, e das Minhas Reaes Ordens) que os Juizes de Fóra das ditas Ilhas, cada hum em o seu Districto, sejam os Juizes dos Direitos Reaes com Jurisdicção privativa para a elles recorrerem os ditos Recebedores para a arrecadação de suas Receitas, como tambem para conhecerem dos descaminhos dos Meus Reaes Direitos, e dos contrabandos, que haja nas Alfandegas, procedendo verbalmente de plano, e pela verdade sabida, sem guardar nos Processos os termos ordinarios, mas sim, e tão sómente aquelles, que necessarios forem para o descobrimento da verdade, e defeza das Partes, conforme o Direito Natural, e Divino, dando appellação, e agravo para o Provedor da Fazenda: E sou outrosim servido, que os dous Provedores da Fazenda da Ilha da Madeira, e das Ilhas dos Açores sejam Superintendentes Geraes das Alfandegas do seu Def-

Destricção, assim, e da mesma forma, e com a mesma Jurisdição, com que Fui também servido crear os dous Superintendentes Geraes das Alfandegas destes Reinos pelo Meu Alvará de vinte e seis de Maio de mil e setecentos sessenta e seis: Ordenando que assim na forma delle nos casos de culpa grave dos Juizes das respectivas Alfandegas, como ainda em todo, e qualquer caso, em que por qualquer maneira vagarem os Officios de Juizes leigos das ditas Alfandegas, os seus lugares fiquem incorporados, e unindo-se a Jurisdição delles aos ditos respectivos Juizes de Fóra das mesmas Ilhas, accrescendo a estes os mesmos ordenados, e emolumentos, que na forma dos Regimentos vencêram os referidos Juizes leigos; e os Provedores da Fazenda, indo todos os annos em correição cada hum ás Alfandegas do seu Destricção, dem conta, quando se recolherem della, na Junta da Fazenda, do estado em que acharem, e deixarem cada huma dellas, para nella constar.

E este se cumprirá tão inteiramente, como nelle se contém, sem dúvida, ou embargo algum. Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço; ao Inspector Geral do Meu Real Erario; ao Conselho da Fazenda; ao Arcebispo Regedor da Casa da Supplicação; aos Governadores, e Capitães Generaes das Ilhas da Madeira, e dos Açores; á Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios; aos Desembargadores, Corregedores, Provedores da Minha Real Fazenda, Juizes, Justiças, e mais Officiaes, e pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, o cumpram, e guardem, e o façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nelle se contém, e não obstante quaesquer Regimentos, Leis, Foraes, Ordens, ou Estylos contrarios, que todos Hei por derogados para este effeito sómente, ficando aliás sempre em seu vigor. E ao Doutor João Pacheco Pereira, do Meu Conselho, Desembargador do Paço, e Chanceller Mór destes Meus Reinos, Mando, que o faça publicar
na

na Chancellaria, registando-se em todos os lugares, onde se costumam registrar semelhantes Alvarás, e mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de nossa Senhora da Ajuda a vinte e cinco de Setembro de mil e setecentos sessenta e nove.

REY . . .

Conde de Oeyras.

Alvará, por que Vossa Magestade occorrendo á expedição da cobrança dos Direitos dos Almojarifados das Ilhas: Ha por bem ordenar, que os Juizes de Fóra das mesmas Ilhas, cada hum no seu Districto, sejam os Juizes dos Direitos Reaes dos ditos Almojarifados: E que os dous Provedores da Fazenda da Ilha da Madeira, e Ilhas dos Açores sejam Superintendentes Geraes das Alfandegas do seu Districto, na mesma maneira, e com a mesma Jurisdicção, que exercitam os Superintendentes Geraes das Alfandegas destes Reinos, tudo na fôrma assima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

Gaspar da Costa Posser o fez.

Re-

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no Livro II das Cartas, Alvarás, e Patentes. Nossa Senhora da Ajuda, a 13 de Outubro de 1769.

João Baptista de Araujo.

João Pacheco Pereira.

Foi publicado este Alvará na Chancellaria Mór da Corte, e Reino. Lisboa, 14 de Outubro de 1769.

D. Sebastião Maldonado.

Registado na Chancellaria Mór da Corte, e Reino no Livro das Leis a fol. 245. Lisboa, 14 de Outubro de 1769.

Antonio José de Moura.

Na Regia Officina Typografica.



U ELREY. Faço saber aos que este Al-
 vará virem : Que sendo-me presentes em
 Consulta da Meza do Desembargo do
 Paço as muitas , e frequentes desordens ,
 que se tem praticado nas Devassas de
 concubinatos , a que na conformidade do
 Regimento dos Bairros desta Corte , e de
 outras Ordens procedem os Ministros del-
 les , e os Juizes de Fóra , sem com effeito se conseguir
 o fim a que se encaminhou aquella providencia , que foi
 o de evitar-se com o castigo o peccado público , e escan-
 daloso ; antes pelo contrario tem resultado das mesmas
 Devassas a maior confusão , e abuso ; succedendo , que
 as mulheres casadas , que vivem em boa união , e har-
 monia com seus maridos , tendo duas pessoas suas inimi-
 gas , que vão jurar contra ellas nas ditas Devassas , appa-
 recem pronunciadas , prezas , e infamadas com discredito
 de seus maridos , e expostas ao perigo , que com elles
 padecem em fatisfação da sua honra , que imaginam of-
 fendida ; sendo aliás nullo o procedimento destas Devas-
 sas , como contrario ás Leis do Meu Reino , que não re-
 conhecem parte legítima para a accusação daquelle crime ,
 que não sejam os proprios conjuges : Passando tambem
 pelo mesmo labéo as filhas , que vivem na companhia de
 seus pais ; vendo-se por este modo obrigados os pais a
 casallas com as mesmas pessoas com quem ficáram infama-
 das , e com quem talvez não as casarião se senão tivesse
 publicado aquelle trato ou verdadeiro , ou falso : E que-
 rendo obviar a hum abuso de tão perniciosas consequen-
 cias : Sou servido ordenar , que da publicação deste em
 diante se não tirem mais Devassas de concubinatos : E
 que se ponha perpétuo silencio em todas as que até o pre-
 sente se houverem tirado : E que por ellas se não proce-
 da em tempo algum : Ficando sómente para o objecto
 das mesmas Devassas os concubinatos com concubinas
 teúdas , e manteúdas com geral , e público escandalo : E
 de-

determino outrossim que os Ministros , que excederem esta Minha Disposição , sejam pelo mesmo facto suspensos dos seus cargos.

Pelo que : Mando á Meza do Desembargo do Paço , Regedor da Casa da Supplicação , Governador da Relação , e Casa do Porto , Desembargadores das ditas Casas , e a todos os Corregedores , Ouvidores , Juizes , e Justças , e mais pessoas , a quem o conhecimento deste Alvará pertencer , que o cumpram , e guardem , como nelle se contém , e lhe façam dar a mais inteira observancia , sem embargo de quaesquer Leis , Regimentos , ou Disposições , que se opponham ao conteúdo nelle , que todas , e todos Hei por bem derogar para este effeito fômente , ficando aliás sempre em seu vigor. Ordeno ao Doutor João Pacheco Pereira , do Meu Conselho , Desembargador do Paço , que serve de Chanceller Mór do Reino , que o faça publicar na Chancellaria , e remetter as Copias delle impressas debaixo de Meu Sello , e seu final aos Tribunaes , Magistrados , e mais pessoas na fórma costumada : Registrando-se nos lugares , onde se registão semelhantes Alvarás : E mandando-se o Original para o Meu Real Archivo da Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em vinte e seis de Setembro de mil e setecentos sessenta e nove.

REY :

Conde de Oeyras.

Alvará , por que Vossa Magestade ha por bem ordenar , que da publicação delle em diante se não tirem mais
De-

Devassas de concubinos : E que se suspenda em todas as que se tiverem tirado , sem que em nenhum tempo se proceda por ellas ; tudo na fôrma assima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

João Baptista de Araujo o fez.

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no Livro II das Cartas, Alvarás, e Patentes. Nofsa Senhora da Ajuda, a 13 de Outubro de 1769.

João Baptista de Araujo.

João Pacheco Pereira.

Foi publicado este Alvará na Chancellaria Mór da Corte, e Reino. Lisboa, 14 de Outubro de 1769.

Dom Sebastião Maldonado.

Registado na Chancellaria Mór da Corte, e Reino no Livro das Leis a fol. 247. Lisboa, 14 de Outubro de 1769.

Antonio José de Moura.

Na Regia Officina Typografica.

Dom Sebastião Maldonado.

de 1769. no no Livro das Leis a fol. 247. Lisboa, 14 de Outubro
Registado na Chancellaria Mór da Corte, e Rei-

Antonio José de Moura. *Conde de Oeiras.*



U ELREY. Faço saber aos que este Alvará virem: Que Eu tive certa informação, de que na Cidade do Porto se maquináram Tres clandestinas Associações de mal intencionados Negociantes, que não costumando extrahir Vinhos para o Norte; e conhecendo a diminuição dos da Colheita deste presente anno, se armáram com importantes fundos de dinheiro para fazerem hum Monopolio de Vinhos, ordenado aos revenderem depois por exorbitantíssimos preços aos legitimos, e verdadeiros Negociantes, que costumam annualmente extrahir o referido genero para o Norte; e á Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro por Mim estabelecida, para a util conservação dos legitimos Commerciantes do mesmo Genero; das Vinhas, que o produzem; e dos Lavradores, que o cultivam; de sorte, que nem estes pertendessem mais do que os preços competentes, e justos, nem se pudesse perverter em commum prejuizo a bondade, e pureza do mesmo Genero: Maquinando os sobreditos Monopolistas aquella sua reprovada travessia com transgressões notorias, não só da Ordenação do Livro Quinto, Titulo Setenta e Sete; mas até das Leis especiaes por Mim estabelecidas para o Governo da referida Companhia; como foram por exemplo: Huma das ditas transgressões, a de que havendo Eu ordenado pelos Paragrafos Quatorze, e Trinta e Tres da Instituição da mesma Companhia, e pelo Paragrafo Quarto do Alvará de trinta de Agosto de mil setecentos sincoenta e sete, que os Vinhos do Alto Douro fossem sempre divididos com as devidas Inspeções em duas qualidades; para os da Primeira dellas serem vendidos a vinte e sinco mil reis por cada pipa, e os da Segunda por vinte mil reis, e mais não, nos annos communs; ou de trinta até trinta e seis mil reis nos annos de menor producção; foram os sobreditos Atraveßadores clandestinos (contra a natureza, e contra o espirito, e genuino sentido das referidas disposições) abarcar a maior parte dos referidos Vinhos no agro, desde o mez de Setembro pelo summo preço de trinta e seis mil reis, não só antes de se fazerem as separações de qualidades pelas ditas Leis determinadas; mas até antes de se ter algum conhecimento da bondade, ou inferioridade dos Vinhos comprados por aquelle summo preço; dando assim occasião a misturas inaveriguaveis das uvas dos sitios approvados para embarque com as dos mais sitios reprovados; e a se arruinar por effeito daquellas cubiçosas misturas, não sendo obviadas, a reputação de hum tão consideravel, e importante Genero: Outra Transgressão a de excederem assim notoriamente as taxas por Mim estabelecidas com a desordem de comprarem pelo dito preço summo os Vinhos da Segunda qualidade, que ainda nos annos mais favoraveis costuma sempre haver em todos os Terrenos, com a mesma per-

perniciosa consequencia do descredito do referido Genero: E a outra Transgressão em fim a de arruinarem os ditos Atravessadores a Instituição da mesma Companhia, e as fadaveis providencias della pelos seus fundamentos; pois que sendo hum dos seus principaes objectos conservar o provimento do referido Genero; a commodidade dos seus preços; e a pureza da sua qualidade a favor dos legitimos, e verdadeiros Negociantes, que o costumam extrahir para o Norte, satisfazendo ás suas commissões; e sendo outro objecto igualmente essencial o de comprar, e reservar a mesma Companhia, sem causar embaraço aos sobreditos Negociantes, aquelles Vinhos, que nunca chegaram a consumir as commissões do Norte, para os seus necessarios sortimentos, que a experiencia tem mostrado, que são indispensaveis até para soccorrer por preços justos, e competentes aquelles dos Commissarios Estrangeiros, em cujos Armazens particulares vem a faltar necessariamente pelo decurso do tempo os Vinhos precisos para satisfazerem ás suas commissões, com as quaes de outra forte lhes não seria possivel cumprirem, empatando as quantidades do referido Genero, cujo empate só póde caber nos cabedaes communs da dita Companhia, a qual com tão uteis objectos costuma conservar annualmente nos seus Armazens as ditas quantidades de Vinhos finos, e legaes, em commum beneficio da Praça, e do Genero: Tendo confideração a tudo o referido: E obviando a huma tão criminosa, temeraria, e reprehensivel malicia: Estableço aos ditos respeitos o seguinte.

1. Mando, que todos, e quaesquer Lavradores de Vinhos, de qualquer qualidade, estado, e condição que sejam, que per si, ou por seus Procuradores, Feitores, ou Agentes venderem antes de vinte de Novembro, e de serem provados os seus Vinhos, para constarem as qualidades delles, percam os mesmos Vinhos, sendo estes vendidos em Praça com assistencia do Conservador Geral da Companhia das Vinhas do Alto Douro, e do Fiscal della, e o preço delles applicado a favor das Obras da Relação da Cidade do Porto: E que os sobreditos Feitores de Quintas, e Vinhas, ou Procuradores, e Agentes, que para taes vendas concorrerem, sejam presos nas cadeias da mesma Relação por tempo de seis mezes, e paguem da cadeia duzentos mil reis de condemnação a beneficio das referidas Obras.

2. *Item*: Mando debaixo das mesmas penas, que nenhuma Pessoa, ou seja Nacional, ou Estrangeira, que não for daquelles Commissarios de Vinhos, que os costumam exportar para o Norte; ou que não estabelecer casa para esse effeito; possa comprar Vinhos no districto do Alto Douro antes do primeiro do mez de Fevereiro de cada hum anno, sem confundir as qualidades dos mesmos Vinhos, ou exceder as taxas delles.

3. *Item*: Mando, que os Lavradores, ou Pessoas, que tiverem Vinhos no districto marcado para embarque; propondo-se-lhes as

com-

compras delles pelos preços taxados pelas Minhas Leis, conforme as suas differentes qualidades, não possam recusar a venda delles; ou seja á Companhia; ou seja aos Commissarios transportadores delles para o Norte, e por taes reconhecidos; a menos que nos casos de repulsa não provem por modo concludente a venda anterior sem dolo, ou malicia com declaração da Pessoa, a quem a houverem feito: E isto debaixo da pena de ficarem incurso, os que as taes vendas recusarem na presumpção de Direito, de que reservam os Vinhos para os venderem por preços maiores do que permitem as referidas taxas com clandestina, e dolosa transgressão das Minhas Leis, para se lhes impõem as penas affima ordenadas.

4 *Item*: Mando, que os Compradores de Vinhos Nacionais, ou Estrangeiros, que os não comprem para os navegarem para o Norte, sejam obrigados debaixo das mesmas penas a regularem as suas compras dentro dos limites das referidas taxas conforme a abundancia, ou esterilidade dos annos pelo arbitramento, que nos Paragrafos Quatorze, e Trinta e Tres da Instituição deve fazer a Companhia, declarando as qualidades, e preços dos Vinhos de cada hum dos referidos annos, para nelles se observarem com justiça, ou os preços taxados nos ditos Paragrafos Quatorze, e Trinta e Tres da Instituição, ou os do Alvará de trinta de Agosto de mil setecentos fincoenta e sete: De sorte, que se não possam fazer compras pelos sobreditos, nos annos de abundancia, pelos preços, que só foram por Mim permittidos para os de esterilidade, nem pelo contrario: E tudo debaixo das mesmas penas affima ordenadas.

5 *Item*: Por quanto não deve ficar sem alguma reparação hum Monopolio tão prejudicial, tão temerario, e tão escandaloso, como o que maquináram, e perpetráram os sobreditos Atravessadores: Usando Eu por ora da Minha Real Benignidade ainda em caso, que desaffiava o rigor da Justiça: Mando, que o Juiz Conservador, e Fiscal da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, passando logo immediatamente ao Districto dos Vinhos de Embarque com os seus Provadores peritos na forma do costume, façam embargar, e examinar todas as Adeegas; e que separando nellas depois de vinte de Novembro proximo seguinte os Vinhos das duas especies, que as Minhas Leis estabelecêram, façam entregar pelos preços a ellas respectivos aos Procuradores da mesma Companhia Geral, e dos particulares Commissarios, que costumam transportar Vinhos para o Norte, todas as quantidades por elles requeridas para os seus costumados provimentos, e Comissões; sem attenção ás clandestinas, e reprovadas vendas anteriormente feitas aos ditos Atravessadores, as quaes Hei por nullas, e de nenhum effeito; fazendo a maioria dos preços indevidamente ajustados com os Vendedores por conta dos sobreditos dolosos Compradores; e ficando aos ditos Vendedores os excessos, que houverem contratado, em pena

do dolo , com que os primeiros suggeriram , e illudiram os segundos para o referido attentado.

6 Não he porém da Minha Real Intenção impedir , que dentro nos limites das disposições das Minhas sobreditas Leis , e deste Alvará possam os Negociantes de boa fé , que compream Vinhos para o seu commercio interior , continuar as compras delles , como o praticavam antes dos temerarios , e nocivos Monopolios , que deixo reprovados.

E este se cumprirá tão inteiramente , como nelle se contém , sem embargo de quaesquer Leis , Resoluções , Regimentos , Ordens , ou Estylos contrarios , que Hei por bem derogar para este effeito sómente , ficando aliàs sempre em seu vigor.

Pelo que : Mando ao Governador da Relação , e Casa do Porto ; Junta da Administração da dita Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ; Juiz Conservador Geral , e Procurador Fiscal della ; Desembargadores , Juizes , Justiças , e mais Pessoas , a quem o conhecimento deste Alvará pertencer , o cumpram , e guardem , e o façam cumprir , e guardar tão inteiramente , como nelle se contém , sem dúvida , ou embargo algum , e valerá como Carta passada pela Chancellaria , posto que por ella não ha de passar , e o seu effeito haja de durar mais de hum , e muitos annos , sem embargo das Ordenações em contrario : E se registará nos Livros , a que pertencer : Mandando-se o Original para o Meu Real Archivo da Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda , aos dezafete de Outubro de mil setecentos sessenta e nove.

REY.

Conde de Oeyras.

Alvará , por que Vossa Magestade Ha por bem dar as providencias necessarias para cobibir a criminosa , e temerária malicia dos Atravessadores dos Vinhos do Alto Douro , estabelecendo contra elles diversas penas ; tudo na fórma affima declarado.

Para Vossa Magestade ver.

Clemente Isidoro Brandão o fez.

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino em o Livro II. da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro a fol. 127. vers. Nossa Senhora da Ajuda , a 18 de Outubro de 1769.

Clemente Isidoro Brandão.

Na Regia Officina Typografica.



U ELREY. Faço saber aos que este Alvará
 virem : Que sendo-me presentes as grandes
 vexações, e extorsões, que a experiencia tem
 mostrado, que se seguem na pratica da co-
 brança, e arrecadação das Rendas, e Direi-
 tos da Alcaideria mór da Cidade de Lisboa,
 de sorte que até tem chegado a perverter a
 ordem da imposição das penas, e coimas es-
 tablecidas pela Ordenação do Reino do Livro Primeiro,
 Titulo setenta e quatro, Paragrafos vinte, vinte e hum, vin-
 te e dous, e seguintes, reduzindo-as a certas contribuições,
 e avenças antes de julgadas, chamadas Troncagens das Ca-
 sas do Povo, e Direitos pelas licenças para aguadas, e pes-
 car nos dias prohibidos pela Igreja : Quando pela outra
 Disposição da Ordenação do Livro Quinto, Titulo seten-
 ta e tres he defezo fazer taes avenças, e consentir que se
 façam sobre coimas, e penas, que ainda não sejam feitas,
 ou se forem, não sejam ainda julgadas: E o quanto incom-
 pativel he com o estado presente da mesma Cidade de Lis-
 boa a conservação da applicação de semelhantes Direitos pa-
 ra o Alcaide mór; e muito mais a fôrma da cobrança, le-
 vando além disso os Officiaes salarios, que lhes não são de-
 vidos; quando pela mudança dos tempos se tem dado por
 outras Leis Estravagantes, e Ordens Minhas outras provi-
 dencias mais proficuas, e concernentes a evitar os delictos, e
 para o Bem público, e Governo Politico da mesma Cidade;
 tanto assim, que por estes mesmos motivos fui já servido por
 Alvará de doze de Fevereiro de mil e setecentos sessenta e
 cinco extinguir a Renda das penas impostas ás mulheres usei-
 ras de bradar, pertencente á dita Alcaideria mór, e o Juizo
 chamado das Bravas: E finalmente considerando tambem quan-
 to pela mudança dos tempos se tem feito inuteis as guarni-
 ções, e governos de pé de Castello, e só admissiveis o go-
 verno, e presidio de Tropas regulares; e por isso inutil o
 exercicio de Alcaide mór, devendo a Guarda do Castello de
 Lisboa ser encarregada á pessoa, que Eu for servido, subor-
 dinada ás ordens dos Generaes da Corte, e Provincia da Es-
 tremadura: Hei por bem extinguir, como se nunca tivessem
 existido, não só as ditas Rendas, que até agora se arrecadá-
 ram

841
ram por avenças chamadas Troncagens das Casas do Povo, e Direitos das licenças das aguadas, e para pescar nos dias prohibidos pela Igreja, como pertencentes á Alcaideria mór da Cidade de Lisboa; mas tambem a mesma Alcaideria mór, ficando-me reservado o encarregar a Guarda do Castello da dita Cidade á pessoa, que Eu for servido, e que tenha pericia Militar, e seja subordinada ao General da Minha Corte, e Provincia da Estremadura; e dar os Officios de Escrivão das Armas, e Alcaide das Varas velhas dos Bairros de Alfama, e de Santa Catharina, que até agora foram providos pelo Alcaide mór, para ficarem incorporados nos seus respectivos districtos com Cartas passadas pela Meza do Desembargo do Paço, como as de todos os mais Officios daquelles Juizos Criminaes.

E havendo sido informado, de que no mesmo Castello de Lisboa se introduzio o dispotico abuso de fazerem pagar, sem titulo, Direitos na entrada da porta os Vinhos, os Azeites, e Vinagres, que já haviam pago os devidos Direitos nas Mezas, a que tocavam na fórmula das Minhas Leis, Foraes, e Regimentos, chegando-se até ao excesso de se cortar carne á enxerga no mesmo Castello com outro abuso intoleravel, e nocivo aos Contratadores das Minhas Reaes Imposições: Mando, que mais se não cobrem os ditos Direitos: E que toda, e qualquer pessoa, que os cobrar, ou concorrer para isso, perca o Posto, ou Lugar, que tiver; e ficará incursão nas penas estabelecidas contra os que tomam o alheio contra vontade de seus donos.

E considerando outro fim a precisa necessidade, que ha de conservar a Cadeia do Tronco, (cujas carceragens pertencêram ao Alcaide mór; assim como tambem pôr nella por isso o Carcereiro) por ficarem muito distantes as outras Cadeias do Castello, da Cidade, e da Corte, para a ella serem conduzidos os presos das Rondas dos Bairros do Rocio, Andaluz, Bairro Alto, Santa Catharina, e Mocambo: Sou servido ordenar, que se conserve a dita Cadeia do Tronco subordinada inteiramente como as outras Cadeias ao Regedor das Justiças da Casa da Supplicação; e o Carcereiro posto por mim, fique vencendo todas as carceragens, assim como os Carcereiros das outras ditas Cadeias, sem
que

que porém tenha ordenado algum á custa da minha Real Fazenda, e antes fique obrigado a todas, e quaesquer despezas da mesma Cadeia do Tronco, assim, e da mesma maneira que até agora o fora o dito Alcaide mór pelos rendimentos das referidas carceragens.

Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço; Inspector Geral do Meu Real Erario; Regedor da Casa da Supplicação; Conselhos de Minha Fazenda, e Ultramarino; Meza da Consciencia, e Ordens; Junta dos Tres Estados; Senado da Camera; Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios; Generaes da Minha Corte, e Provincia da Estremadura; e a todos os Corregedores; Juizes; e Officiaes de Justiça, Fazenda, e de Guerra, a quem pertencer o conhecimento deste Alvará, o cumpram, guardem, e o façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nelle se contém, sem dúvida, ou embargo algum; e não obstante a Ordenação do Livro Primeiro, Titulo setenta e quatro, Paragrafos vinte, vinte e hum, vinte e dous, e seguintes; e quaesquer Leis, ou outras Ordenações, Alvarás, Regimentos, Provisões, ou estylos contrarios, que todas, e todos de Meu Motu Proprio, certa Sciencia, Poder Real, Pleno, e Supremo Hei por bem derogar, como se de cada huma dellas, e delles fizesse especial, e expressa menção para estes effeitos sómente, ficando aliás sempre em seu vigor. Mando ao Doutor João Pacheco Pereira do Meu Conselho, e Desembargador do Paço, que serve de Chanceller mór do Reino, o faça publicar na Chancellaria, e registar nos Livros, em que se registam semelhantes Alvarás: E o original se remetterá para o Meu Real Arquivo da Torre do Tombo. Dado em Villa-Viçosa em seis de Novembro de mil e setecentos sessenta e nove.

REY :

Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

*A*lvará, por que V. Magestade ha por bem extinguir a Alcaideria mór da Cidade de Lisboa, e todas as Rendas, e
Fu-

Jurisdicções respectivas á mesma Alcaideria mór : E ordenando , que se conserve a Cadeia do Tronco subordinada inteiramente como as outras Cadeias do Castello , Corte , e Cidade ao Regedor da Casa da Supplicação , tudo na fôrma assima declarada.

Para V. Magestade ver.

João Baptista de Araujo o fez.

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no Livro II das Cartas, Alvarás, e Patentes. Nossa Senhora da Ajuda, a 13 de Novembro de 1769.

João Baptista de Araujo.

João Pacheco Pereira.

Foi publicado este Alvará na Chancellaria mór da Corte, e Reino. Lisboa, 14 de Novembro de 1769.

D. Sebastião Maldonado.

Registado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no Livro das Leis a fol. 248. Lisboa, 14 de Novembro de 1769.

Antonio José de Moura.

Na Regia Officina Typografica.



OM JOSE' POR GRAÇA DE DEOS
 Rei de Portugal, e dos Algarves, d'
 aquém, e d'além Mar, em Africa Se-
 nhor de Guiné, e da Conquista, Na-
 vegação, Commercio da Ethiopia, Ara-
 bia, Persia, e da India, &c. Faço sa-
 ber aos que esta Carta de Lei virem,
 que em Consulta da Real Mesa Cen-
 soria me foi presente, que tendo Eu si-
 do servido pela Lei de dois de Abril de
 mil e setecentos sessenta e oito, principalmente nos Paragra-
 fos terceiro, quarto, e quinto, determinar a proscripção nes-
 tes Meus Reinos das Bullas intituladas *da Cea do Senhor*, e a
 dos *Indices Expurgatorios*, com que os Curiaes Romanos per-
 tendêraõ promover, e sustentar as perigosas Maximas estabe-
 lecidas nas referidas Bullas: E sendo manifesto, que esta pros-
 cripção foi dirigida aos urgentissimes, e indispensaveis fins de
 preservar os meus fiéis Vassallos dos abyssos, da illusão, e do
 engano, em que os pertendêraõ precipitar os Promotores, e
 Fautores das ditas Bullas, e Indices, introduzindo-lhes Maxi-
 mas tão contrarias ao Direito Divino, Natural, e das Gen-
 tes, como á Independencia Temporal da Minha Coroa, e á
 reputação, e socego público dos ditos meus fiéis Vassallos,
 que as Constituições fundamentaes desta Monarquia; a Legis-
 lação Patria; os Assentos de Cortes; os antigos, e louvaveis
 Costumes; e as Concordatas authenticamente estabelecidas; ha-
 viaõ precavido em commum beneficio da Igreja, e do Estado,
 para conservar entre o Sacerdocio, e o Imperio aquella conso-
 nante harmonia, sem a qual nem hum, nem outro pôdem sub-
 sistir sem hum continuado milagre: Succedia que as mesmas
 identicas Maximas conteúdas nas sobreditas Bullas se achão ain-
 da dispersas nestes Reinos em differentes Livros sobre ellas fun-
 dados, os quaes, posto que se não achão literal, e expressa-
 mente nomeados na Minha dita Lei, foraõ sem dùvida algu-
 ma comprehendidos no espirito della para a prohibição: Que
 porém podiaõ mover-se algumas dúvidas sobre esta materia, cu-
 ja importancia não pôde permittir hesitações, e não pôde caber
 na authoridade de algum Tribunal a interpretação restrictiva,
 ou extensiva das Minhas Leis: Me supplicava, que houvesse
 por bem explicar os ditos Paragrafos terceiro, quarto, e quin-

to da sobredita Lei de dois de Abril de mil e setecentos sessenta e oito; declarando, e ampliando (se necessario for) a sua disposiçaõ para o effeito de julgar nella comprehendidos os referidos Livros, que em si contêm as mesmas maximas das Bullas da Cea, e as doutrinas com ellas pretextadas. E conformando-me com o parecer da mesma Mesa Censoria, e com os de outtos muitos Ministros de fóra della muito pios, doutos, e zelosos do serviço de Deos, e Meu, que ouvi sobre esta materia: Declaro, e estabeleço, que foraõ, saõ, e devem ser comprehendidos no espirito, na razaõ de decidir, e nas penas impostas na dita Lei de dois de Abril de mil e setecentos sessenta e oito, os Livros seguintes:

Litterae Apostolicae diversorum Romanorum Pontificum pro Officio Sanctissimae Inquisitionis Romae in Aedibus Populi Romani 1585, com todas as edicções desta Collecção, e muito especialmente a Bulla *Prae cunctis* attribuida ao Summo Pontifice Urbano IV.

Nicolai Eymerici *Directorium Inquisitorum Romae* 1578, & *cum Commentariis* Francisci Pegnae *in hac postremâ editione iterum emendatum, & auctum Romae in Aedibus Populi Romani* 1585, & *postea Venetiis* 1607, com todas as edicções desta obra.

Francisci Pegnae *Instructio, seu Praxis Inquisitorum cum adnotationibus Caesaris Carenae* 1669, com todas as mais edicções desta Obra.

Ejusdem Commentaria, & Scholia in Eymerici Directorium Inquisitorum, Romae 1578.

Item in Paulum Grillandum de Haereticis, Romae 1581.

Item in Ambrosium de Vignate de Haeresi, ibidem.

Item in Joannis Royas Tractatum de Haereticis, com todos os mais Commentarios, Escolios, e Notas do mesmo Author a outros Escriptores sobre as mesmas materias.

Thomae Delbene *de Officio Sanctissimae Inquisitionis circa Haereses, Lugduni* 1666 com todas as edicções desta Obra.

Caesaris Carenae *de Officio Sanctissimae Inquisitionis, & modo procedendi in Causis Fidei. Bononiae cum Instructione, seu Praxi Inquisitorum* Francisci Pegnae *cum additionibus ejusdem Carenae*, com todas as mais edicções deste Livro.

Ludovici de Paramo *de Origine, & processu S. Inquisitionis, ejusque dignitate, & utilitate*, com todas as suas edicções.

Jacobi Simancas *Institutiones Catholicae ad praecavendum, & extirpandum Haereses*, Valliscoleti 1552 com todas as edicções desta Obra.

Ludovici Carrerii *de Haereticis*, Francofurti 1600 com todas as suas edicções.

Francisci Bordoni *Sacrum Tribunal Judicum in Causis Fidei contra Haereticos, & de Haeresi suspectos*, Romae 1648 folio com todas as suas edicções.

Antoni de Sousa *Aphorismi Inquisitorum in quatuor libros distributi*, impresso em Lisboa na Officina de Pedro Craesbek em 1630 em oitavo com todas as suas edicções.

Sebastiani Salelles *Tribunalia Sanctae Inquisitionis*, Romae 1651, e todas as mais edicções do mesmo Livro.

Joannis Baptistae Nerii *Praxis Sanctae Inquisitionis*, Florentiae 1685.

Calderini *Haereticis* com todas as suas edicções.

Francisci de Torreblanca *de Magia* em qualquer edicção desta Obra.

Pelo que : Mando á Real Mesa Censoria ; Mesa do Desembargo do Paço ; Regedor da Casa da Supplicação ; Governador da Relação , e Casa do Porto ; Desembargadores das ditas Casas ; Conselho da minha Real Fazenda , e do Ultramar ; Mesa da Consciencia , e Ordens ; Senado da Camera ; Vice-Reis ; Governadores , e Capitães Generaes de todos os meus Dominios Ultramarinos ; Desembargadores das Relações delles ; e a todos os Corregedores , Provedores , Ouvidores , Juizes , Justiças , Officiaes , e pessoas de Meus Reinos , e Senhorios , que cumprão , e guardem esta minha Lei assim , e da maneira que nella se contém , e lhe fação dar a mais inteira , e inviolavel observancia , não obstante quaesquer Leis , Ordenações , e Resoluções contrarias , as quaes do meu motu proprio , Poder Real , e Supremo derogo , e hei por derogadas , havendo-as aqui por expressas , como dellas se fizesse especial menção , sem embargo da Ordenação , que o contrario dispõe. E outrossim mando ao Doutor João Pacheco Pereira , do meu Conselho , Desembargador do Paço , que serve de Chanceller Mór do Reino , a faça publicar na Chancellaria , e envie os exemplares della sob meu Sello , e seu signal a todos os Tribunaes , e a todos os Julgadores , registan-

do-se nas partes , onde se costumão registrar semelhantes Leis.
E esta propria se mandará para a Torre do Tombo. Villa Vi-
çosa , quatro de Dezembro de mil setecentos sessenta e nove.

ELREY COM. GUARDA.

Arcebispo Regedor P.

*Carta de Lei , por que Vossa Magestade ha por bem declarar
comprehendidas na disposiçã dos Paragrafos terceiro , quarto ,
e quinto da Lei de dois de Abril de mil e setecentos sessenta e oito
as Obras de muitos Autores , nas quaes se acbaõ amplificadas as
mesmas identicas Maximas das Bullas intituladas da Cea do
Senhor.*

Para Vossa Magestade ver.

Por Resoluçã de Sua Magestade de 24 de Novembro
de 1769.

José Bernardo da Gama e Ataide a fez escrever

João Vidal da Costa e Sousa a fez.

João Pacheco Pereira.

Foi publicada esta Carta de Lei na Chancellaria Mór da
Corte e Reino. Lisboa 7 de Dezembro de 1769.

Dom Sebastião Maldonado.

Registada na Chancellaria Mór da Corte e Reino no Li-
vro das Leis a fol. 252. Lisboa 7 de Dezembro de 1769.

Antonio José de Moura.

DOM



OM JOSE' POR GRACA DE DEOS
 Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquém,
 e d'além Már, em Africa Senhor de Guiné,
 e da Conquista, Navegação, Commercio da
 Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c.
 Faço saber aos que este Edital virem, que
 sendo a Religião o objecto mais importante
 ao Genero Humano, constituindo a obriga-
 ção principal, e a parte mais nobre dos officios do Homem; pen-
 dendo inteiramente della a Bemaventurança Temporal, e Eter-
 na; a prosperidade da Igreja, a segurança do Imperio; e geral-
 mente todo o bem da união, e sociedade Christã, e Civil, de que
 ella he o apoio mais firme, e o vinculo mais apertado, e mais in-
 dissolúvel: Não bastando a Religião Natural para a completa sa-
 tisfação desta importantissima dívida, depois que Deos todo Po-
 deroso, Supremo Creador dos Ceos, e da terra, se dignou pela
 sua Infinita Bondade revelar nos verdades, e mysterios superiores
 á curta esféra da simples luz da razão natural: Sendo absoluta, e
 indispensavelmente necessaria a Religião revelada para podermos
 pensar, e sentir dignamente de Deos; para melhor conhecermos
 os seus Divinos Atributos; e para o honrarmos com hum culto
 mais perfeito, e mais conforme á sua Divina vontade: Não po-
 dendo a observancia da Religião revelada ser agradavel aos olhos
 de Deos, nem servir-nos de meio para a feliz consecução do al-
 to, e santissimo fim da Revelação, sem que creiamos pura, e fir-
 memente todos os mysterios revelados; e sem que a nossa Fé, e
 as nossas acções em tudo, e por tudo se conformem, e regulem
 pelo que nos fizeraõ manifestos os Orgãos da Divina Palavra, e
 da Inspiração: Devendo por isso occupar-se o primeiro cuidado,
 edisvelo de ambas as Legislações Espiritual, e Temporal na con-
 servação dos Dogmas da Fé, e das Regras do Moral Evangelica
 na sua primitiva pureza: E não havendo entre todos os estabeleci-
 mentos humanos estabelecimento algum, que tanto possa contri-
 buir, e tenha effectivamente contribuido para defender, e con-
 servar illibado, em toda a sua pureza, o sagrado deposito da Fé,
 e da Moral, que Christo nosso Redemptor confiou á sua Igreja,
 como tem sido, e he o Santo Officio da Inquisição, principal-
 mente depois do Seculo XIII, no qual pela introducção da nova
 disciplina, e divisaõ do Foro Interno do Externo, foraõ os Bis-
 pos taõ occupados com a multidaõ dos negocios, e com o gran-
 de